



# **QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS DE ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO 2017-2020**

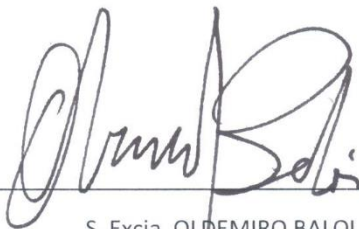
# ÍNDICE

|   |           |
|---|-----------|
| <b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....  | <b>1</b>  |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>2</b>  |
| 1.1 As Nações Unidas em Moçambique .....                              | 2         |
| 1.2 Contexto de Desenvolvimento Nacional.....                         | 2         |
| 1.3 Quadro de Desenvolvimento Nacional de Moçambique.....             | 4         |
| 1.4 Abordagem do UNDAF.....   | 4         |
| <b>2. QUADRO DE RESULTADOS</b> .....                                  | <b>5</b>  |
| 2.1 Segurança Alimentar e Nutricional.....                            | 6         |
| 2.2 Transformação Económica.....                                      | 7         |
| 2.3 Educação .....  | 8         |
| 2.4 Empoderamento da Mulher e da Rapariga.....                        | 8         |
| 2.5 Protecção Social .....  | 9         |
| 2.6 Saúde, Água e Saneamento .....                                    | 10        |
| 2.7 Juventude.....  | 11        |
| 2.8 Governação, Consolidação da Paz, Justiça e Direitos Humanos ..... | 12        |
| 2.9 Gestão de Recursos Naturais e Ambiente.....                       | 13        |
| 2.10 Mudanças Climáticas e Gestão de Desastres .....                  | 14        |
| <b>3. QUADRO DE RECURSOS</b> .....                                    | <b>16</b> |
| <b>4. MODALIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO</b> .....                           | <b>18</b> |
| <b>5. MONITORIA E AVALIAÇÃO</b> .....                                 | <b>19</b> |
| <b>ANEXO 1</b> .....  | <b>20</b> |
| <b>ANEXO 2</b> .....  | <b>59</b> |



Sra. BETTINA MAAS

COORDENADORA RESIDENTE DAS NAÇÕES UNIDAS a.i.



S. Excia. OLDEMIRO BALOI

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

Maputo, de Janeiro de 2016

SRA. FLORENCE RAES  
REPRESENTANTE, ONU MULHERES

SRA. ISABEL MARQUEZ  
REPRESENTANTE, ACNUR

SR. ROBSON MUTANDI  
REPRESENTANTE, IFAD

SR. BENJAMIN KERCHÁN  
OFICIAL DE PROGRAMAS, UNV

SR. JOSÉ HENRIQUE ZELAYA BONILLA  
COORDENADOR DO PAÍS, UNUSIDA

SR. JAIME COMICHE  
CHEFE DE OPERAÇÕES, UNIDO

SR. MARCOLUIGI CORSI  
REPRESENTANTE, UNICEF

SR. MATTHIAS NAAB  
DIRECTOR DO PAÍS, PNUD

SR. CASTRO CAMARADA  
REPRESENTANTE, FAO

SR. ABDOULAYE BALDÉ  
REPRESENTANTE, PMA

SRA. JUDITH KARL,  
SECRETÁRIA EXECUTIVA, UNCDF

SR. JOAKIM REITER  
SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO, UNCTAD

SR. IGOR FELICE  
CONSELHEIRO TÉCNICO CHEFE, OIT

SRA. JULIETTE BIAO KOUĐENOUKPO  
REPRESENTANTE REGIONAL, UNEP

SRA. BETTINA MAAS  
REPRESENTANTE, FNUAP

SRA. ARANCHA GONZÁLEZ  
DIRECTOR EXECUTIVO, ITC

SRA. HILDE DE GRAEVE  
REPRESENTANTE INTERINA, OMS

SR. OYEYINKA OYEBANJI  
DIRECTOR REGIONAL, UN HABITAT

SRA. KATHARINA SCHNOERING  
CHEFE DE MISSÃO, OIM

SR. MAHAMANE CISSE-GOURO  
CHEFE DO ESCRITÓRIO PARA AFRICA, OHCHR

SR. MOUSSA-ELKADHUM DJAFFAR  
REPRESENTANTE, UNESCO

SRA. ZHULDYZ AKISHEVA,  
REPRESENTANTE REGIONAL, UNODC

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O Quadro das Nações Unidas de Assistência ao Desenvolvimento para Moçambique (UNDAF) 2017-2020 é a expressão das prioridades e da direcção estratégica do Governo de Moçambique e das Nações Unidas (ONU) para o apoio ao desenvolvimento nacional. Está alinhado com os instrumentos de desenvolvimento nacionais e internacionais, nomeadamente o Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (agenda 2015 - 2030).

Este novo quadro combina os esforços de 22 Agências das Nações Unidas no país com vista a prestação de um apoio coerente, eficaz e eficiente com o objectivo de fazer face aos principais desafios de desenvolvimento, complementando o apoio considerável dos parceiros bilaterais e outros multilaterais. Este UNDAF representa exclusivamente a totalidade das actividades da ONU em Moçambique, incluindo as referentes à ajuda humanitária e é, por conseguinte, o Programa *One UN* para Moçambique.

O UNDAF foi desenvolvido conjuntamente por agências da ONU e com as instituições e parceiros do Governo em conformidade com o princípio de “*Delivering as One*” e da Parceria Global para a Cooperação Efectiva (*Global Partnership for Effective Cooperation*). O quadro baseia-se numa análise da situação das principais questões de desenvolvimento no país, na reflexão sobre as vantagens comparativas da ONU e nas lições aprendidas da implementação dos UNDAF anteriores.

O UNDAF está alinhado com o Programa Quinquenal do Governo (PQG). O PQG toma em consideração os instrumentos de planeamento estratégico nacionais, bem como os objectivos de desenvolvimento regional e global, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Norteados por instrumentos dos direitos humanos, pelos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e pelos Objectivos de Desenvolvimento Internacionalmente Acordados (IADG), o UNDAF 2017-2020 procura chegar a uma situação em que:

“A população de Moçambique, especialmente a que vive nas condições mais vulneráveis, goze de prosperidade através do acesso equitativo aos recursos e a serviços de qualidade, num ambiente pacífico e sustentável”.

Este objectivo global é baseado nos cinco princípios de programação que garantem que as intervenções da ONU:

1. Sejam sensíveis ao género;
2. Sejam baseadas nos direitos humanos;
3. Sejam sustentáveis sob o ponto de vista ambiental;
4. Desenvolvam as capacidades nacionais; e
5. Sejam orientadas para os resultados.

O UNDAF é organizado em torno de quatro áreas de resultados:

**PROSPERIDADE:** Os resultados nesta área têm como objectivo contribuir para um desenvolvimento económico que seja inclusivo, transformador e sustentável e que beneficie a todos em Moçambique.

**PESSOAS:** A ONU apoiará o desenvolvimento de sistemas e capacidades para o desenvolvimento humano e social sustentável que garantam a prestação de serviços básicos para todas as pessoas que vivem no país.

**PAZ:** Esta área de resultados tem por objectivo apoiar a consolidação da unidade nacional, paz e soberania para todos.

**PLANETA:** Dentro desta área de resultados, o UNDAF deve apoiar as mudanças para uma gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e ambientais.

Dentro destas quatro áreas, existem 10 resultados definidos que contarão com a contribuição da ONU em Moçambique. Os resultados deste UNDAF encontram-se intencionalmente a um nível elevado para permitir um melhor alinhamento entre o apoio combinado da ONU e os objectivos de nível mais alto do Governo. A contribuição específica das Agências das Nações Unidas para cada resultado é definida através de 37 realizações. Para garantir uma prestação de contas adequada, as realizações e actividades que estão sob a responsabilidade da ONU serão detalhadas nos planos de trabalho do UNDAF com início em 2017.

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 As Nações Unidas em Moçambique

1. Desde a independência de Moçambique em 1975 que as Agências da ONU têm vindo a apoiar os esforços de Moçambique no sentido de resolver inúmeros desafios, nomeadamente a situação de emergência relacionada com a guerra, a recuperação pós-conflito e a edificação da paz, a pobreza, calamidades recorrentes, a desigualdade de género e o HIV e SIDA. Os Quarenta anos de apoio e uma trajectória comprovada de resultados tornaram as agências da ONU parceiros credíveis do Governo de Moçambique. Moçambique foi um dos Países piloto da iniciativa “Delivering as One” (DaO), uma parte integrante dos esforços de reformas da ONU a nível mundial. A ONU em Moçambique realiza a sua missão através de um programa de cooperação desenvolvido conjuntamente e acordado com o Governo de Moçambique, o Quadro das Nações Unidas de Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF), que é implementado conjuntamente pelas diferentes Agências da ONU que operam no país.

2. O UNDAF resulta de uma parceria forte e contínua entre o Governo de Moçambique (GdM) e as Nações Unidas. Cada fase do processo de planificação foi acompanhada por reuniões estratégicas ao mais alto nível com as contrapartes do Governo e foram levadas a cabo consultas de modo a abarcar representantes da sociedade civil, incluindo o sector privado e parceiros internacionais de desenvolvimento. A formação conjunta destinada ao pessoal do Governo e das Nações Unidas sobre os princípios de programação garantiu que os valores fundamentais da ONU, a abordagem baseada nos direitos humanos, a importância da sensibilidade para as questões de género e culturais, assim como a gestão baseada em resultados fossem entendidos por todos os intervenientes no processo. O pessoal técnico do Governo participou nos grupos técnicos temáticos que elaboraram o Quadro de Resultados do UNDAF. Tudo isto serviu para facilitar um maior grau de alinhamento entre as ambições das Nações Unidas e o quadro de desenvolvimento nacional para Moçambique.

## 1.2 Contexto de Desenvolvimento Nacional

3. O país surgiu como um exemplo de sucesso de reconstrução pós-conflito e de recuperação económica em África. Moçambique passou por uma transição digna de realce ao longo dos últimos 20 anos, surgindo de um conflito armado prolongado como um dos países mais empobrecidos e mais limitados do mundo, registou um crescimento económico impressionante, com uma taxa média de crescimento do PIB de 7% entre 1997 e 2014, superando a média do continente.

4. No entanto, apesar deste forte desempenho económico, Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo, situando-se na 180ª posição de 188 países no Índice de Desenvolvimento Humano 2015 (IDH) e com disparidades cada vez maiores entre as regiões e entre as pessoas. Deste modo, embora os benefícios da paz sejam impressionantes em termos de promoção o crescimento económico e democratização, o país não manteve a tendência de redução dos níveis de pobreza, que se mantém largamente inalterados desde 2003 em aproximadamente 54%.

5. Os desafios de pobreza e de desenvolvimento humano, aliados às oportunidades colocadas por uma rápida transição rumo a uma economia orientada pelo investimento directo estrangeiro (IDE) no sector extractivo, constituem para o Governo um conjunto de desafios políticos e técnicos específicos. Existe uma maior sensibilização em relação à necessidade de fortalecer a gestão das finanças públicas e esforços de combate à corrupção, bem como de investir no fortalecimento dos sistemas para uma governação democrática, com particular enfoque na participação dos cidadãos, responsabilização, transparência e promoção de uma cultura de paz.

6. Moçambique tem atraído um grande apoio dos parceiros internacionais de desenvolvimento para a reconstrução e desenvolvimento ao longo das duas últimas décadas e continua a obter um volume elevado de ajuda externa. Contudo, mais recentemente começou a atrair fluxos impressionantes de investimento directo estrangeiro, particularmente (embora não exclusivamente) no sector de recursos naturais / indústria extractiva. A colecta de recursos financeiros nacionais aumentou drasticamente, facto que reduziu o peso da Ajuda de Desenvolvimento Internacional (Official Development Assistance - ODA) de 44% do orçamento do Estado em 2010 para 24% em 2015.

7. A magnitude da ocorrência dos recursos naturais e minerais representa uma das oportunidades de desenvolvimento mais importantes para o país actualmente. Potencialmente, irá gerar receitas para a expansão do investimento social para o seu povo e o seu futuro, mas ao mesmo tempo apresentando desafios de gestão significativos que necessitarão de um conjunto de ferramentas adequadas para uma gestão do desenvolvimento eficiente e transparente em prol dos pobres. O IDE ainda não se traduziu em fluxos de receitas fiáveis que permitiriam que Moçambique desenvolvesse a infra-estrutura de que necessita para alargar a sua matéria colectável e gerar emprego. Mesmo se as decisões de investimento finais relacionadas com o gás na Bacia do Rovuma forem tomadas em 2016, parece pouco provável que o Governo comece a receber fluxos de receitas substanciais antes de 2025.

8. Após um longo período de uma estabilidade macroeconómica robusta, esta alterou-se ao longo de 2015. A queda dos preços das matérias-primas, o aumento da dívida pública, a queda das reservas em moeda estrangeira e a desvalorização do metical, assim como um crescimento mais baixo do que o previsto apontam para um resultado económico menos favorável a curto e médio prazos. Prevê-se que o crescimento desacelere em 2015 para 7% e para 6,5 % em 2016 (FMI), embora volte a acelerar para uma média de 8% para o período 2017-20 (FMI).

9. O sistema político de Moçambique foi desenvolvido para preservar a paz e a estabilidade e mostrou-se amplamente eficaz durante quase duas décadas. No entanto, as tensões políticas e sociais subjacentes permanecem e estão na origem de eclosões esporádicas de violência e instabilidade. Os preços dos alimentos básicos, os custos dos transportes públicos, são potenciais causadores de conflitos. Ocorreram episódios de violência política entre 2013 e 2014 sob a forma de um conflito armado entre forças de Defesa e Segurança e grupos armados da oposição. Embora as eleições presidenciais e legislativas de 2014 tenham sido em grande parte pacíficas, a ameaça de um retorno à violência continua e vai exigir medidas significativas para a consolidação da paz. A fraca participação política das mulheres, particularmente a nível local, a deficiente gestão de terra e o desemprego, são factores que afectam cerca da metade da população, representando, assim, riscos potenciais para a estabilidade social.

10. A população de Moçambique aumentou em 4 milhões nos últimos 5 anos, passando de 22 milhões em 2010 para aproximadamente 26 milhões em 2015. A taxa de crescimento da população (2,7%), que adiciona 800.000 pessoas à população por ano, resulta das elevadas taxas de fecundidade e do declínio da mortalidade materna. Moçambique tem uma população jovem, com 46% com idade inferior a 15 anos e apenas 3% com mais de 65 anos. A população continua a ser predominantemente rural. No entanto, o país está a conhecer uma urbanização rápida, muitas vezes desestruturada, e as projecções sugerem que 50% da população estará a viver nas zonas urbanas até 2040. Actualmente, os potenciais benefícios socioeconómicos decorrentes da urbanização em Moçambique não estão a ser explorados e as suas cidades e vilas não são ainda suficientemente inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis para lidar com o crescimento que se pode esperar.

11. A economia de Moçambique não é suficientemente diversificada e a maioria da população ainda está largamente envolvida na agricultura de subsistência. Cerca de 89% dos agricultores são pequenos produtores e destes, 83% são mulheres (censo 2007). As estradas rurais, a armazenagem, o acesso aos mercados e novos investimentos na área da agricultura continuam a constituir um grande desafio, e apenas 15% da terra arável está sob cultivo. Consequentemente, a insegurança alimentar e nutricional constitui uma grande restrição ao desenvolvimento humano no país. Os custos económicos e sociais da desnutrição são elevados, enquanto a insegurança alimentar prevalecente perpetua o ciclo de pobreza e desnutrição. Mais de 50% dos agregados familiares são considerados afectados pela insegurança alimentar, dos quais 24% são cronicamente inseguros, deixando-os altamente vulneráveis a choques que prejudicam os níveis de produção e de produtividade.

12. A grande maioria dos trabalhadores de ambos os sexos em Moçambique é por conta própria, especialmente nas zonas rurais. Existe, igualmente, uma grande prevalência de trabalhadores familiares não remunerados no seio das mulheres e nas zonas rurais. As estatísticas indicam que até 83% dos trabalhadores poderiam ser classificados como estando num “emprego vulnerável”, com esta cifra a aumentar para mais de 90 por cento no caso das mulheres e trabalhadores rurais. Somente 10% dos moçambicanos estão empregados no sector formal e se se definir a divisão entre os sectores formal e informal, este último é vasto. Os jovens, e as mulheres jovens em particular, sentem grandes dificuldades de acesso a oportunidades de emprego. Ao mesmo tempo o emprego em sectores de crescimento tende a não se traduzir em melhores oportunidades de emprego e de geração de renda para as mulheres.

13. Vários indicadores de desenvolvimento social e humano em Moçambique continuam a constituir motivo de preocupação, em particular na zona centro, norte e nas zonas rurais e entre jovens e mulheres. Evidências mostram, de forma constante, que os grupos mais pobres e vulneráveis estão desproporcionalmente representados nos dados de pobreza e privação em Moçambique. Menos de 50% da população tem acesso a fontes de água melhoradas, aumentando para 63% nas zonas rurais 86% para o quintil mais pobre e 79% da população não possui ou não utiliza instalações sanitárias melhoradas, aumentando para 90% nas zonas rurais. Embora os sectores da saúde e educação tenham registado progressos notáveis nos últimos anos, o acesso equitativo aos serviços para a população mais pobre e vulnerável continua a constituir um grande desafio. A taxa de alfabetização de adultos é de 56% e a esperança média de vida à nascença é de 52 para os homens e 56 para as mulheres. A malária continua a ser a causa mais comum de morte, responsável por 35% da mortalidade infantil e 29% da população em geral. A prevalência do HIV entre adultos mostrou uma tendência descendente, mas estabilizou numa taxa relativamente alta de 11,5%. O aumento de doenças não transmissíveis, tais como doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes, asma, cancro e agressões / violência, está agora a colocar um grande desafio ao Sistema Nacional de Saúde. A violência contra a mulher e a rapariga constitui um importante travão ao seu desenvolvimento, para não mencionar os seus direitos humanos.

14. Em resposta, o Governo designou os sectores sociais como principais prioridades e o financiamento tem vindo a aumentar com o crescimento das receitas internas. No entanto, os recursos financeiros são limitados, facto que aliado à fraca capacidade institucional, técnica e humana, restringe impactos efectivos de desenvolvimento humano.

15. Os desafios que Moçambique enfrenta a médio prazo estão interligados e reforçam-se mutuamente. A escassez de receitas em larga escala e uma base de tributação limitada significa que o Governo ainda não possui os recursos necessários para actualizar infra-estruturas e desenvolver o capital humano, medidas que são necessárias para atrair o investimento, criar emprego e, em última instância, reduzir a pobreza. Além disso, existe o risco de o crescimento económico do país estar a ser ofuscado pela “explosão de jovens” que entram para o mercado de trabalho. A menos que os jovens consigam arranjar emprego, quaisquer ganhos reais na redução da pobreza correm o risco de ser perdidos.

### **1.3 Quadro de Desenvolvimento Nacional de Moçambique**

16. O Programa Quinquenal do Governo (PQG) define as prioridades do Governo e os objectivos de desenvolvimento para o período 2015-2019 e foi aprovado pela Assembleia da República em Abril de 2015. O PQG leva em conta os instrumentos nacionais de planeamento estratégico, assim como os objectivos de desenvolvimento regionais e globais, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. O objectivo central do programa é:

*“Melhorar as condições de vida do povo moçambicano aumentando o emprego, a produção e a competitividade, criando riqueza e gerando um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, num ambiente de paz, segurança, harmonia, solidariedade, justiça e coesão entre os moçambicanos”*

17. O programa identifica cinco prioridades de desenvolvimento essenciais:

1. Consolidação da unidade nacional, da paz e da soberania.
2. Desenvolvimento do capital humano e social.
3. Promoção do emprego, da produtividade e da competitividade.
4. Desenvolvimento da infra-estrutura económica e social.
5. Garantir a gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do meio ambiente.

... e três pilares de sustentação e transversais que servem para garantir que os objectivos centrais do programa sejam atingidos:

- I. Garantir o estado de direito democrático, a boa governação e a descentralização.
- II. Promover um quadro macroeconómico equilibrado e sustentável.
- III. Reforçar a cooperação internacional.

18. O programa adopta uma abordagem holística e estabelece um programa integrado que visa melhorar a competitividade e a produtividade do país, transformar a agricultura e modernizar e industrializar a economia com enfoque no aumento das exportações. O desenvolvimento inclusivo é uma grande prioridade e o Governo reconhece a necessidade de melhorar a qualidade do ensino básico, as habilidades para a vida, a educação de adultos e a formação profissional, a fim de garantir que os moçambicanos se beneficiem do desenvolvimento económico.

19. Existe um grande enfoque no papel da agricultura como componente fundamental do desenvolvimento e da industrialização e o Governo pretende promover o aumento da produtividade no sector familiar. No entanto, a gestão sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente é considerada crítica para a criação de riqueza, a consolidação do crescimento económico e o desenvolvimento.

20. O desenvolvimento do capital humano é uma prioridade estratégica importante no programa, que inclui a melhoria dos serviços de educação e saúde, reconhecendo as questões de género e investindo nos jovens do país. O Governo prevê aumentar o número de crianças que ingressa na primeira classe e aumentar as habilidades básicas de leitura e escrita das crianças na terceira classe. Na saúde, o Governo pretende aumentar o número de partos institucionais, o número de crianças que tomaram todas as vacinas e aumentar o número de profissionais de saúde e de hospitais distritais. O programa tem por objectivo reduzir a taxa de desnutrição infantil de 43% para 35% e visa melhorar o acesso à água potável e aumentar o acesso ao saneamento decente.

21. O desenvolvimento de infra-estruturas, em particular estradas e pontes, e a expansão da rede eléctrica são considerados cruciais para apoiar a produção e melhorar o desempenho económico.

22. Por último, em todo o documento, o PQG refere-se à importância do diálogo e à necessidade de o Governo discutir políticas, reformas e legislação com os diversos intervenientes antes e depois da implementação, indicando um compromisso subjacente em relação a um mecanismo de diálogo público-privado reformado.

### **1.4 Abordagem do UNDAF**

23. O UNDAF foi formulado em parceria com o Governo de Moçambique e, com efeito, um dos principais objectivos do sistema das Nações Unidas em Moçambique é, em grande medida, apoiar o Governo na realização dos seus objectivos de desenvolvimento, tal como estabelecido no seu programa quinquenal e aprovado pela Assembleia da República. Não obstante, alinhar o UNDAF exclusivamente com as prioridades e estratégias do Governo poderia limitar o grau em que a família das Nações Unidas pode avaliar, de forma crítica, os desafios do desenvolvimento em algumas áreas numa abordagem da programação baseada nos direitos humanos. Assim, enquanto o UNDAF dá primazia aos objectivos de desenvolvimento nacionais, as Nações Unidas devem enquadrar simultaneamente as suas intervenções e trabalho de desenvolvimento no contexto dos compromissos globais mais amplos, objectivos, metas e padrões, com especial atenção para as pessoas que vivem em condições vulneráveis e abordar a crescente desigualdade e exclusão, que afectam particularmente as mulheres, as raparigas e os jovens. Desta forma, o mandato e as vantagens comparativas da ONU podem ser plenamente realizados através da mobilização de recursos, conhecimentos técnicos e posicionamento estratégico para a obtenção de melhores resultados de desenvolvimento, que estejam alicerçados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nos ODS e noutros compromissos globais.



## 2. QUADRO DE RESULTADOS

24. A **visão** global do UNDAF para o período 2017-2020 é que:

***A população de Moçambique, especialmente a que vive em situações mais vulneráveis, goza de prosperidade através do acesso equitativo aos recursos e serviços de qualidade, num ambiente pacífico e sustentável.***

25. A equidade está no cerne de uma abordagem da programação baseada nos direitos humanos e coloca a justiça e a justiça para todos como o principal motor do desenvolvimento humano e um meio para romper o ciclo intergeracional da pobreza multidimensional. As Nações Unidas acreditam que em Moçambique tal abordagem pode oferecer benefícios substanciais em termos de redução da pobreza, crescimento económico inclusivo e sustentável e de manutenção da estabilidade social, harmonia e progresso.

26. Deste modo, o UNDAF adopta sistematicamente uma abordagem que é sensível às questões culturais, de género e dos direitos humanos, cujo enfoque incide explicitamente nos grupos mais vulneráveis e, especificamente, nas mulheres, crianças, jovens e adolescentes e visa promover uma abordagem de elaboração de políticas baseadas em evidências para um desenvolvimento equitativo e sustentável. Através da sua advocacia e intervenções programáticas, o sistema das Nações Unidas está bem posicionado para galvanizar e priorizar os esforços do Governo e dos seus parceiros de desenvolvimento em torno de uma agenda comum para a inclusão, suprir as lacunas e promover o progresso nacional acelerado.

### **Áreas de Resultados**

27. O UNDAF é guiado pela **Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030** e pela **Nova Parceria Global<sup>1</sup>** e, em especial, pelos princípios subjacentes de estado de direito, igualdade, não discriminação, transparência, participação e inclusão. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável definem quatro áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta, que foram adoptados pelas Nações Unidas em Moçambique como Áreas de Resultados para o Quadro de Resultados do UNDAF, a saber:

- Prosperidade
- Pessoas
- Paz
- Planeta

28. As Nações Unidas em Moçambique, que compreendem 22 agências residentes e não-residentes, contribuirão para a realização de dez resultados de desenvolvimento, que são organizados por estas quatro Áreas de Resultados. Estes resultados de desenvolvimento estão fortemente alinhados com as prioridades nacionais de desenvolvimento estabelecidas no Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019. A contribuição específica das Agências das Nações Unidas para cada Resultado está definida em 37 Realizações que serão alcançadas através de uma abordagem que envolve várias agências e esforços de colaboração, seguindo os princípios de “Delivering-as-One”.

### **PROSPERIDADE**

*“Estamos determinados a garantir que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de realização pessoal e que o progresso económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza”.*

29. O crescimento económico inclusivo e sustentável é essencial para a prosperidade, mas só será possível se a riqueza for partilhada e a desigualdade de renda abordada. Só através do crescimento económico sustentável, inovador e centrado nas pessoas é que será criado o emprego para os jovens, o empoderamento económico da mulher e o trabalho decente para todos. As famílias pobres só podem escapar do círculo vicioso da pobreza se se canalizarem melhores níveis de educação e de capacidades para um sistema económico que seja capaz de gerar postos de trabalho e promover o bem-estar para todos.

30. O crescimento económico é fundamental para o desenvolvimento de Moçambique. Todavia, o crescimento notavelmente forte de Moçambique ainda não provocou reduções significativas nos níveis de pobreza e o PIB per capita continua baixo. Com efeito, há evidências que sugerem que o crescimento tornou-se menos favorável aos

<sup>1</sup> *Transforming Our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development, (Transformando o Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável), na sua Resolução 70/1, Adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. 25 de Setembro de 2015*

pobres ao longo do tempo e Moçambique talvez exemplifique o facto de que o crescimento económico não teria necessariamente o efeito “multiplicador” para as populações mais pobres e marginalizadas.

31. Apenas 10% dos moçambicanos estão empregados no sector formal. A grande maioria (de ambos os sexos) trabalha por conta própria, e especialmente nas zonas rurais. Até 83% dos trabalhadores são classificados como estando no “emprego vulnerável”, cifra que aumenta para mais de 90% para as mulheres e para os trabalhadores rurais. A agricultura é, de longe, a ocupação mais dominante nas zonas rurais, particularmente para as mulheres. Nas zonas urbanas em rápido crescimento, as ocupações são mais diversificadas, sendo os pequenos comerciantes o maior grupo. Actualmente, sectores-chave como a construção, energia e mineração fornecem relativamente poucas oportunidades de emprego, embora claramente se os investimentos avançarem como previsto, seja provável que estes sectores cresçam a médio prazo. No entanto, actualmente o sector de mineração apresenta um fraco desempenho no fornecimento de postos de trabalho.

## **2.1 Segurança Alimentar e Nutricional**

32. O sector agrícola em Moçambique continua a ser caracterizado por pequenas unidades cultivadas manualmente.. Em 2010, a média dos agregados por casa era de 5 membros, e 72% dos domicílios eram chefiados por homens, o que significa que 28% eram chefiados por mulheres ou sem um adulto. O analfabetismo ainda é muito prevalente nas áreas rurais, com 38% dos chefes de família sem nenhuma escolaridade, sem capacidade de ler e escrever. Os pequenos produtores continuam a dominar o sector agrário, com 3,86 milhões de famílias a trabalharem na agricultura de pequena escala, e um total de 3,9 milhões de fazendas, predominantemente cultivada por mulheres. Os níveis de produção, produtividade e competitividade são baixos devido ao capital humano pouco desenvolvido, sistemas e redes de irrigação limitados, uso esporádico de sementes melhoradas, uso limitado de fertilizantes e maquinaria, fraco acesso aos mercados, más condições das vias de acesso e financiamento limitado para o sector, especialmente a agricultura de pequena escala. Uma vez que a maior parte do trabalho agrícola é feito por mulheres, a desigualdade de género tende a perpetuar a baixa produtividade.

33. Consequentemente, a insegurança alimentar endémica em Moçambique agrava um ciclo de pobreza e desnutrição, com custos sociais e económicos elevados. Mais de 50% das famílias estão numa situação de insegurança alimentar, 24% cronicamente, deixando-as altamente vulneráveis aos choques e, por sua vez, prejudicando a sua produção e produtividade. Cerca de 43% das crianças têm problemas de desnutrição crónica, afectando de forma irreversível o seu desenvolvimento físico e cognitivo, impossibilitando-as de desenvolver plenamente o seu potencial, afectando negativamente o capital humano do país.

34. As Nações Unidas procuram apoiar um ambiente social, político e económico favorável para a melhoria da segurança alimentar e nutricional, em que os produtores dos sectores da agricultura e pescas têm o conhecimento, a capacidade e os meios para se envolverem na produção sustentável de alimentos nutritivos e seguros, tanto para o seu próprio consumo como para os mercados nacionais e internacionais. O aumento dos níveis de renda e a melhoria da segurança alimentar permitirão que as famílias diversifiquem a sua dieta e adotem práticas conducentes à melhoria da nutrição, em resultado de mudanças comportamentais que estão centradas particularmente no papel das mulheres.

35. Através do UNDAF, as Nações Unidas em Moçambique contribuirão para o seguinte resultado de desenvolvimento:

### **RESULTADO 1: Populações vulneráveis com maior segurança alimentar e melhor nutridas**

36. É crucial que seja estabelecido um quadro legislativo sólido para orientar e regular o trabalho do Governo e parceiros na área de segurança alimentar e nutricional. A ONU proporcionará as acções de capacitação dirigida, com vista a fortalecer os sistemas nacionais de recolha e análise de dados para permitir a formulação de políticas baseadas em evidências e sensíveis ao género. Para aumentar a disponibilidade, a diversidade e a qualidade dos alimentos, a ONU irá apoiar a produção de pequena escala e ligar os pequenos produtores aos mercados, o que lhes permitirá vender aos compradores a um preço justo e aumentar a renda familiar. Os níveis inaceitavelmente elevados de desnutrição crónica e raquitismo carecem de um esforço conjunto entre os sectores e um enfoque na promoção de um comportamento apropriado com vista a melhorar a dieta familiar. Especificamente, as agências das Nações Unidas devem procurar garantir que as seguintes realizações de desenvolvimento sejam alcançadas:

**PRODUTO 1.1: Apropriação e capacidade do Governo e dos intervenientes fortalecidas para desenhar e implementar políticas de segurança alimentar e nutricional baseadas em evidências**

**PRODUTO 1.2: Os produtores dos sectores da agricultura e pescas com maior capacidade de adoptar técnicas de produção sustentáveis para consumo próprio e para os mercados**

**PRODUTO 1.3: Os sectores público e privado investem em sistemas alimentares resilientes, eficientes e sensíveis à nutrição**

**PRODUTO 1.4: As comunidades (e as mulheres em particular) adquirem conhecimentos para adoptar práticas e comportamentos adequados para reduzir a desnutrição crónica**

## **2.2 Transformação Económica**

37. Há uma grande expectativa de que haverá um aumento de recursos, centrado na extracção de vastas reservas de carvão e gás de Moçambique, sirva de catalisador para o crescimento rápido e a transformação da economia e dos níveis de vida. No entanto, as ligações fracas existentes entre o desempenho económico e a redução da pobreza em Moçambique foram, em parte, atribuídas ao facto de que o crescimento é desproporcionalmente derivado do investimento estrangeiro de capital intensivo em “megaprojectos”, que actualmente tem uma fraca ligação com a economia em geral e, portanto, tem um impacto mínimo na criação de emprego e geração de renda. Além disso, pesquisas recentes sugerem que para que o desenvolvimento económico seja mais sustentável, Moçambique deve procurar diversificar a sua base produtiva, a fim de evitar tornar-se mais dependente do sector extractivo e vulnerável aos choques dos mercados mundiais de matérias-primas, um facto que é reconhecido na Estratégia Nacional de Desenvolvimento aprovada em 2014.

38. Embora a obtenção de uma receita substancial do sector extractivo só será possível provavelmente dentro de uns 10 anos, Moçambique já conseguiu aumentar significativamente a receita dos impostos nacionais (agora perto de 40% do PIB). Assim, já existe algum espaço fiscal, embora limitado. A taxa persistentemente elevada de pobreza desafia a coerência global da política do Governo em relação à diversificação económica em prol dos pobres e a capacidade de o sector público utilizar os recursos existentes de forma eficiente e eficaz.

39. Criar uma força de trabalho competitiva e devidamente qualificada será um factor crucial do desenvolvimento inclusivo. Existem preocupações sérias, particularmente no seio dos empregadores do sector privado e de investidores efectivos e potenciais, relacionadas com uma incompatibilidade de habilidades da força de trabalho que levanta questões sobre a capacidade do sistema de ensino e o sector técnico e profissional de fornecer as habilidades e qualificações exigidas pelos empregadores.

40. O UNDAF reconhece que o crescimento actual e futuro é uma importante oportunidade para a redução da pobreza no país. No entanto, o crescimento económico tem de ser cuidadosamente programado, regulamentado e gerido para que possa transformar a sociedade e permitir que as famílias pobres possam beneficiar e saiam da pobreza. O crescimento inclusivo é o objectivo explícito do Governo e as Nações Unidas apoiarão este objectivo com as atenções viradas particularmente para a equidade e os grupos mais pobres e vulneráveis.

41. O UNDAF procura criar condições para um crescimento económico sustentável, inclusivo e sustentado, a prosperidade partilhada e o trabalho digno para todos e contribuirá para o seguinte resultado de desenvolvimento:

### **RESULTADO 2: As pessoas pobres beneficiam de forma equitativa da transformação económica**

42. Como forma de apoiar o Governo de Moçambique para tornar a economia mais produtiva, inclusiva, geradora de emprego e que contribua para a redução da pobreza, a ONU irá realizar esforços com vista a apoiar uma maior coerência da política económica, um ambiente de negócios melhorado e uma melhor análise dos dados relativos à pobreza, privação e desigualdade.

43. Mais especificamente, as agências das Nações Unidas devem procurar garantir que as seguintes realizações de desenvolvimento sejam alcançadas:

**PRODUTO 2.1: Sistemas e instituições nacionais, provinciais e distritais habilitados para reforçar a coerência e implementação da política económica**

**PRODUTO 2.2: Os sectores público e privado habilitados para melhorar o ambiente de negócios, a competitividade e a criação de emprego**

**PRODUTO 2.3: A capacidade nacional de colectar, analisar e utilizar dados de alta qualidade sobre a pobreza, privação e desigualdades para informar a política económica é fortalecida**

## **PESSOAS**

*“Estamos decididos a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e a garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade num ambiente saudável.”*

44. A educação inclusiva e equitativa de qualidade a todos os níveis, a cobertura universal de saúde e o acesso a serviços de saúde de qualidade, a igualdade de género e o empoderamento da mulher e da rapariga, criando oportunidades para que os jovens progridam e tenham uma vida saudável, produtiva e plenamente realizada, e uma

plataforma de protecção social para as populações pobres e mais vulneráveis são cruciais para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. A contribuição positiva dos migrantes também deve ser reconhecida.

45. Moçambique registou progressos notáveis na melhoria do acesso aos serviços sociais básicos ao longo dos últimos anos. Não obstante, a qualidade da prestação de serviços pode ser má e as desigualdades de acesso persistem em termos de zonas geográficas, grupos vulneráveis e género.

### **2.3 Educação**

46. Todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, raça ou etnia, e as pessoas portadoras de deficiência, migrantes, populações indígenas, crianças e jovens, especialmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que as ajudem a adquirir os conhecimentos e as habilidades necessárias para explorar oportunidades e participar plenamente na sociedade.

47. A educação é reconhecida como fundamental para o desenvolvimento e redução da pobreza e, como tal, o sector recebe mais de 15 por cento do total do orçamento do Estado e a execução do orçamento anual é de mais de 90%. No entanto, apesar de um sucesso notável no programa de construção de escolas, do progresso dos ingressos no ensino primário e da paridade de género, os resultados da aprendizagem estão em declínio e as taxas de abandono duplicaram desde 2003. O baixo aproveitamento escolar nas escolas primárias de Moçambique é motivo de preocupação. Em 2004, somente 6.3% de crianças da terceira classe dominavam a leitura.

48. As taxas de abandono são visivelmente mais elevadas nas crianças vulneráveis, tais como órfãos, refugiados, crianças portadoras de deficiência e crianças de origem étnica. Além disso, existem desigualdades geográficas e rural/urbanas acentuadas na educação em geral, em detrimento das zonas rurais e das províncias do centro e do norte; o acesso físico às escolas e a qualidade do ambiente de aprendizagem ainda representam grandes desafios. As taxas mais baixas de conclusão do ensino primário são registadas em zonas em situação de insegurança alimentar e propensas à ocorrência de desastres. A desnutrição crónica em crianças é significativa em termos de impacto negativo nos resultados da educação.

49. A diferença de género, que aumenta com a idade e é mais acentuada na idade do primeiro ciclo do ensino secundário, indica que as raparigas enfrentam obstáculos mais poderosos para continuar a sua educação do que os rapazes.

50. As Nações Unidas procuram garantir que todas as crianças, jovens e adultos tenham acesso a oportunidades educativas inclusivas, com enfoque especial nos mais vulneráveis, incluindo as adolescentes, crianças portadoras de deficiência, crianças em risco ou afectadas pelo HIV/SIDA, crianças que vivem em zonas em situação de insegurança alimentar, refugiados, mulheres, pessoas afectadas por desastres ou conflitos, órfãos e crianças que vivem em agregados familiares chefiados por crianças ou mulheres. Através do UNDAF, as Nações Unidas em Moçambique contribuirão para o seguinte resultado de desenvolvimento:

#### **RESULTADO 3: As crianças, jovens e adultos beneficiam de um sistema de educação inclusivo e equitativo de qualidade**

51. As Agências das Nações Unidas pretendem aumentar o número de ingressos e reduzir o absentismo e o abandono no ensino primário. Prestarão apoio em termos de formação de professores para facilitar a aprendizagem, reduzir as disparidades e melhorar a capacidade das autoridades de educação planificarem e gerirem as actividades educacionais com base em dados e evidências. Mais especificamente, as Nações Unidas procurarão garantir que as seguintes realizações de desenvolvimento sejam alcançadas:

**PRODUTO 3.1: As crianças, jovens e adultos têm acesso a um ciclo completo de aptidão escolar, ensino primário e primeiro ciclo do ensino secundário**

**PRODUTO 3.2: As crianças, jovens e adultos adquirem competências básicas de literacia, numeracia e de vida**

**PRODUTO 3.3: Os técnicos de planificação e gestores são capazes de praticar a formulação, planificação, monitoria e avaliação de políticas e estratégias com base em evidências**

### **2.4 Empoderamento da Mulher e da Rapariga**

52. As mulheres representam 70% dos pobres em todo o mundo, de modo que a redução da pobreza das mulheres é um factor crucial na luta contra a fome e a desnutrição. A redução da desigualdade de género e o empoderamento da mulher e da rapariga darão um contributo essencial para a realização dos objectivos de desenvolvimento. A realização do potencial humano pleno e do desenvolvimento sustentável não é possível se metade da população continuar a ser privada do pleno gozo dos seus direitos humanos e oportunidades.

53. As mulheres e raparigas devem desfrutar da igualdade de acesso à educação de qualidade, recursos económicos e participação política, bem como da igualdade de oportunidades com os homens e rapazes de emprego, liderança e tomada de decisões a todos os níveis. A discriminação e violência contra as mulheres e raparigas devem ser eliminadas, nomeadamente através do envolvimento dos homens e rapazes. Por este motivo, a integração sistemática da perspectiva de género no desenho e implementação do UNDAF é crucial.

54. O progresso na igualdade de género, direitos e empoderamento da mulher e da rapariga em Moçambique tem sido lento e inconsistente. O país ocupa a 146ª posição entre os 152 Estados membros da ONU no Índice de Desigualdade de Género e persistem desafios na igualdade de género e realização dos direitos da mulher e da rapariga. O casamento prematuro é muito comum, afectando 48% das mulheres da faixa etária de 20-24 anos, que estão casadas antes de chegar aos 18 anos. A esmagadora maioria das mães casou-se na adolescência. Além disso, o casamento prematuro está associado a uma probabilidade significativamente menor de terminar o ensino primário e ingressar no ensino secundário.

55. Cerca de 58% das mulheres vivem abaixo da linha de pobreza em Moçambique (54% dos homens) e as mulheres são geralmente mal integradas no mercado de trabalho e na economia formal. Além disso, a maioria das mulheres empregadas está envolvida em actividades não qualificadas. A falta de acesso das raparigas e das mulheres a oportunidades e recursos económicos foi reconhecida como um factor que as expõe ao abuso sexual, casamento prematuro, gravidez indesejada, bem como a infecções e doenças transmitidas sexualmente.

56. A taxa de analfabetismo entre as mulheres situa-se em 64,1% (contra 34% dos homens), com uma diferença mais acentuada nas zonas rurais. A partir dos 15 anos existem disparidades consideráveis no grau de escolarização, uma vez que menos raparigas progredem para os níveis secundário e superior, levando as mulheres a actividades económicas de geração de baixa renda. Moçambique apresenta uma das taxas de mortalidade materna mais elevadas em todo o mundo e a prevalência do HIV nas mulheres é de 13,1%, em comparação com 9,2% nos homens do grupo etário de 15-49 anos. As mulheres jovens apresentam uma probabilidade três vezes maior de serem infectadas pelo vírus do que os rapazes.

57. A natureza patriarcal das relações de género em Moçambique contribui para a aceitação generalizada da violência contra as mulheres e raparigas. De acordo com o Relatório de Progresso Nacional Beijing +20, a realização do objectivo de igualdade de género em Moçambique é dificultada pela prevalência de normas sociais e culturais negativas, e práticas prejudiciais. Por outro lado, a fraca capacidade institucional e financiamento inadequado dos diferentes mecanismos institucionais do género contribui para a sua incapacidade de desempenhar a função de aconselhamento e coordenação de forma eficaz.

58. A ONU contribuirá para melhorar as funções de coordenação, monitoria e fiscalização, bem como de planificação, orçamentação e monitoria sensíveis ao género de modo a garantir o financiamento adequado para a realização de um desenvolvimento equitativo em termos de género em áreas-chave relacionadas com o Índice de Desigualdade de Género, nomeadamente as estreitamente ligadas às metas dos ODS. Através do UNDAF, as Nações Unidas em Moçambique contribuirão para o seguinte resultado de desenvolvimento:

**RESULTADO 4: As mulheres e raparigas desfavorecidas beneficiam de políticas, normas e práticas abrangentes que garantam os seus direitos humanos**

59. Mais especificamente, as agências das Nações Unidas devem procurar garantir que as seguintes realizações de desenvolvimento sejam alcançadas:

**PRODUTO 4.1: Capacidade dos Ministérios de Género, Criança e Acção Social, Economia e Finanças e Assembleia da República fortalecida para coordenar, monitorizar e fiscalizar a implementação dos compromissos em matéria de igualdade de género**

**PRODUTO 4.2: Os principais actores a nível local são capazes de contribuir para a transformação de normas socioculturais discriminatórias e práticas prejudiciais contra as mulheres e raparigas**

**PRODUTO 4.3: Assistência multisectorial integrada às mulheres e raparigas vítimas de violência baseada no género reforçada**

**PRODUTO 4.4: Dados desagregados por género são recolhidos de forma sistemática, analisados e divulgados para a formulação de políticas, planificação, monitoria e avaliação**

## **2.5 Protecção Social**

60. Na busca de um modelo de políticas mais inclusivos em Moçambique, a protecção social tornou-se um elemento mais central no debate político. É amplamente reconhecido que a Protecção Social contribui para a redução da pobreza, crescimento económico e recuperação de crises, reduz a desigualdade e ao aumentar a renda dos agregados familiares pobres, aumenta o consumo interno e reforça o capital humano e a produtividade, apoiando a formalização

da economia informal e garantindo um desenvolvimento sustentável. Os mercados de trabalho em Moçambique oferecem oportunidades de emprego limitadas e a maioria das famílias depende da agricultura de subsistência e da economia informal para a sua subsistência.

61. Apesar da promulgação de legislação sobre a protecção social em 2007, a maioria da população não está coberta por mecanismos de protecção social e, em resultado disso, a população do país enfrenta elevados níveis de vulnerabilidade. Embora se tenham registado algumas melhorias na qualidade dos programas de segurança social básica através da expansão da cobertura e as tendências das dotações orçamentais, o que demonstra o compromisso do Governo em relação à Protecção Social, estas, por si sós, são insuficientes para resolver adequadamente o problema dos elevados níveis de vulnerabilidade ainda presentes no país. A meta para os beneficiários de programas de protecção social para 2015 representa apenas 17% das famílias que vivem na pobreza em Moçambique.

62. Apesar do papel progressivamente notório que a protecção social vem desempenhando nos últimos anos, é necessário mais investimento para edificar um sistema eficaz, transparente e eficiente e advocacia para um maior apoio e sensibilização em toda a sociedade moçambicana, como forma de garantir uma implementação a longo prazo e sustentável dos programas de protecção social. Os desafios operacionais incluem a necessidade de fortalecer a capacidade institucional, uma vez que a disponibilidade de recursos humanos qualificados não é proporcional ao aumento da dotação orçamental e à expansão dos programas.

63. Além disso, é necessário um investimento na criação de evidências e análise de impacto para demonstrar fortemente a necessidade de intervenções de protecção social como uma forma eficaz e eficiente de aliviar a pobreza e promover uma sociedade inclusiva, onde o desenvolvimento beneficia as populações mais pobres e vulneráveis e estimula o desenvolvimento humano, social e económico. Através do UNDAF, as Nações Unidas em Moçambique contribuirão para o seguinte resultado de desenvolvimento:

#### **RESULTADO 5: As pessoas mais pobres e vulneráveis beneficiam de um sistema mais eficaz de protecção social**

64. As Nações Unidas apoiarão o Governo nos seus esforços de criação um sistema de protecção social eficaz que permita a expansão progressiva da cobertura e o aumento da qualidade de benefícios para a maior parte da população. O apoio da ONU concentrar-se-á no desenvolvimento de políticas, fortalecimento de sistemas, produção de evidências, esforços de advocacia e implementação de programas de protecção social básica. Mais especificamente, as Agências das Nações Unidas procurarão garantir que as seguintes realizações de desenvolvimento sejam alcançadas:

**PRODUTO 5.1: A política e o espaço fiscal para a Protecção Social são reforçados**

**PRODUTO 5.2: Os Programas de Protecção Social são implementados de forma transparente e mais eficiente**

**PRODUTO 5.3: A inscrição em programas de protecção social melhora o acesso dos grupos vulneráveis aos serviços de saúde, nutrição e educação**

**PRODUTO 5.4: Os programas e serviços sociais abordam efectivamente a exclusão social, a violência, o abuso, a negligência e a exploração**

## **2.6 Saúde, Água e Saneamento**

65. Uma população saudável é um pré-requisito fundamental para o desenvolvimento e estabilidade social, económica e política. A saúde e o acesso a cuidados de saúde são condições prévias e resultado do desenvolvimento social e contribuem significativamente para a redução da pobreza.

66. A maioria dos moçambicanos recebe cuidados de saúde através de uma rede de base comunitária, unidades sanitárias públicas que oferecem serviços de prevenção, cura e reabilitação, com diferentes níveis de especialização. O acesso equitativo a cuidados de qualidade continua a constituir um desafio, especialmente para os grupos vulneráveis e comunidades rurais. Além disso os ganhos de saúde são postos em risco devido à inexistência de serviços de água e saneamento, que não estão disponíveis para quase metade da população.

67. A mortalidade materna mantém-se elevada, com um rácio de 408 mortes por 100.000 nados vivos em 2011. As raparigas com menos de 20 anos de idade representam 20% dessas mortes. Apenas uma em cada dez mulheres usa contraceptivos e 3 em 10 não têm os meios para prevenir gravidezes indesejadas. O acesso e a qualidade dos serviços para as mulheres e raparigas em idade reprodutiva são deficientes. As maternidades não estão devidamente preparadas nem equipadas para responder a complicações em recém-nascidos e bebés prematuros. Registaram-se progressos na redução da mortalidade infantil, mas esses ganhos devem ser sustentados por uma maior equidade na cobertura de intervenções de qualidade.

68. O HIV, a malária e a tuberculose são as principais causas de doença e morte, com implicações importantes para a saúde pública, em resultado de medidas de prevenção inadequadas e limitações do sector de saúde pública no diagnóstico e tratamento de todos os infectados e afectados. Embora o perfil epidemiológico de Moçambique seja típico de um país em desenvolvimento com um fardo elevado de doenças infecciosas, os padrões estão a mudar com o aumento de casos de cancro, diabetes, doenças cardiovasculares e pulmonares em resultado da mudança de factores de risco e de estilos de vida pouco saudáveis.

69. Os ganhos na saúde são limitados devido à falta de prestação de serviços de água e saneamento. A proporção de pessoas sem acesso a fontes melhoradas de água era equivalente a 49% em 2015. Além disso, existem enormes disparidades entre aqueles sem cobertura nas zonas rurais e nas zonas urbanas, estimado em 63% e 19%, respectivamente. Em relação ao saneamento, 79% da população não têm ou não utiliza instalações sanitárias melhoradas (90% em áreas rurais e 58% em áreas urbanas / peri-urbana). Isso se traduz em 10 milhões de moçambicanos praticando defecação a céu aberto, 90% deles em áreas rurais. Enquanto o acesso das famílias à água e ao saneamento é capturado por inquéritos nacionais, a situação nas escolas do país e instalações de saúde não é monitorada pelos setores de educação e saúde. Só que a metade das 11.922 escolas primárias têm acesso a abastecimento de água e instalações sanitárias, e mesmo assim, a manutenção e limpeza são uma grande preocupação. No sector da saúde, abastecimento de água inadequados e a falta de saneamento também são amplamente observada.

70. Em resposta aos desafios dos sectores da saúde, água e saneamento, a ONU deve prestar atenção às disparidades no acesso dos grupos vulneráveis e regiões geográficas. Esta atenção centrar-se-á em estimular a procura e melhorar a qualidade dos serviços essenciais para todos. Tal será feito por intermédio de sistemas de fortalecimento através de uma força de trabalho melhor treinada e qualificada, incluindo os provedores de base comunitária, a disponibilidade de produtos essenciais, a advocacia de políticas financeiras sustentáveis e a melhoria da produção de dados. Através do UNDAF, as Nações Unidas em Moçambique contribuirão para o seguinte resultado de desenvolvimento:

**RESULTADO 6: As pessoas têm acesso equitativo e usam serviços de saúde, água e saneamento de qualidade**

71. Mais especificamente, as agências das Nações Unidas procurarão garantir que as seguintes realizações de desenvolvimento sejam alcançadas:

**PRODUTO 6.1: As pessoas em zonas rurais e peri-urbanas direccionadas têm serviços de abastecimento de água e saneamento sustentáveis e seguros**

**PRODUTO 6.2: Maior procura e acesso a serviços integrados de SSR e de saúde neonatal de qualidade**

**PRODUTO 6.3: Maior procura e acesso a serviços integrados de saúde infantil e nutrição de qualidade**

**PRODUTO 6.4: Melhores normas e práticas de prevenção, diagnóstico, tratamento e vigilância do HIV, TB e Malária**

**PRODUTO 6.5: Quadro político para a prevenção e controlo intersectoriais das doenças não transmissíveis é adoptado**

**PRODUTO 6.6: As políticas de saúde e de financiamento, geração e uso de dados, força de trabalho comunitária e de obstetrícia, segurança de produtos do sistema de saúde são reforçadas**

## **2.7 Juventude**

72. Os jovens são o segmento que regista o crescimento mais rápido da população em Moçambique e o seu bem-estar é fundamental para o alcance dos objectivos económicos e sociais fundamentais. Jovens totalmente engajados, escolarizados, saudáveis e produtivos podem ajudar a quebrar o ciclo de pobreza multigeracional. São ainda resilientes a ameaças sociais e ambientais e, na qualidade de cidadãos qualificados e informados, podem contribuir efectivamente para o fortalecimento das suas comunidades e da sociedade. As famílias, as comunidades e a sociedade em geral devem fazer investimentos direccionados e oferecer oportunidades para garantir que os adolescentes e os jovens desenvolvam progressivamente os conhecimentos, as habilidades e a resiliência necessárias para uma vida saudável, produtiva e plenamente realizada.

73. A taxa de fecundidade na adolescência ainda é elevada, embora com grandes disparidades. As taxas elevadas de casamentos prematuros entre raparigas em Moçambique têm uma forte correlação com a gravidez precoce e a morbilidade e mortalidade maternas. A taxa de prevalência do HIV e SIDA continua a crescer, com as mulheres jovens quatro vezes mais susceptíveis de serem seropositivas do que os homens jovens.

74. A população jovem de Moçambique coloca o país à beira de uma transição demográfica que poderia produzir um dividendo demográfico significativo, desde que com uma correcta previsão, gestão e acções coordenadas e integradas. As Nações Unidas em Moçambique têm um papel vital a desempenhar na facilitação da colaboração entre os sectores

e dentro das áreas temáticas das agências da ONU, de modo a garantir que a juventude esteja incluída como uma força positiva para a mudança transformacional. Através do UNDAF, a ONU pretende que os adolescentes e jovens estejam melhor preparados e engajados nos seus direitos sexuais e reprodutivos, endossando o planeamento familiar e mudando de comportamento a esse respeito. As Nações Unidas em Moçambique contribuirão para o seguinte resultado de desenvolvimento:

**RESULTADO 7: Adolescentes e jovens envolvidos activamente em decisões que afectam as suas vidas, saúde, bem-estar e oportunidades de desenvolvimento**

75. A ONU procurará sensibilizar, assegurar a protecção e a promoção dos direitos dos jovens, melhorar o seu acesso aos sistemas de educação formal e não formal e melhorar a sua capacidade de salvaguardar a sua saúde sexual e reprodutiva. Mais especificamente, as agências das Nações Unidas procurarão garantir que as seguintes realizações de desenvolvimento sejam alcançadas:

**PRODUTO 7.1: Capacidade nacional para implementar políticas e estratégias baseadas em evidências para tirar proveito do dividendo demográfico reforçada**

**PRODUTO 7.2: Capacidade dos adolescentes e jovens reforçada para participarem activamente no desenvolvimento económico, social, cultural e político**

**PRODUTO 7.3: Aumento da procura do acesso de qualidade aos serviços de SSRA e de prevenção do HIV**

**PAZ**

*“Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, que estejam livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não pode haver paz sem desenvolvimento sustentável”*

76. “A paz, o desenvolvimento e a protecção ambiental são interdependentes e indivisíveis.”<sup>2</sup> A paz e a segurança, a boa governação, o respeito e a protecção dos direitos humanos, bem como a igualdade de género são condições prévias fundamentais e os objectivos do desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável exige sociedades pacíficas, justas e inclusivas que ofereçam igualdade de acesso à justiça e que se baseiem no respeito pelos direitos humanos, no estado de direito efectivo e na boa governação a todos os níveis e em instituições transparentes, eficazes e responsáveis.

## **2.8 Governação, Consolidação da Paz, Justiça e Direitos Humanos**

77. Moçambique tem registado progressos significativos na área de governação desde a introdução da nova Constituição em 1992. As reformas legislativas foram complementadas com a criação de novas instituições de apoio à Constituição, embora muitas delas estejam na fase de consolidação. No entanto, a transformação na Governação pode levar muitas décadas. Embora muito tenha sido alcançado, ainda há muitos desafios que exigem a intervenção das autoridades moçambicanas e o apoio dos parceiros de desenvolvimento.

78. Apesar de 20 anos de democracia multipartidária, persiste ainda um défice de cultura democrática. A Assembleia da República tem sido incapaz de impedir o ressurgimento ocasional de violência o que contribui para o recurso ao conflito armado como meio para resolver as diferenças políticas. As percepções sobre a desigualdade na distribuição dos dividendos da paz são apontadas como o principal factor de instabilidade política, visto que, desde a realização das primeiras eleições Presidenciais e Legislativas em 1994, a legislação eleitoral vem sofrendo mudanças a cada legislatura para atender as preocupações dos partidos políticos, resultando na “proliferação de legislação dispersa”. No entanto, as eleições de 2014, embora tenham sido pacíficas, à semelhança das anteriores a ameaça de retorno à violência prevalece exigindo, portanto, medidas significativas para a consolidação da paz.

79. O sistema de administração da justiça ainda enfrenta desafios, visto que o acesso à justiça continua sendo caro e desigual atendendo as assimetrias regionais, o que é acompanhado pela morosidade processual, resultando em violações dos direitos humanos e no recurso a mecanismos informais de resolução de conflitos.

80. Progressos significativos no domínio da descentralização, em particular na consolidação de sistemas e mecanismos, tem permitido que as vozes dos cidadãos sejam ouvidas na tomada de decisões e que haja responsabilização das instituições não obstante prevalecerem desafios relacionados com a capacidade do Estado de assegurar recursos financeiros, materiais e humanos necessários.

<sup>2</sup> Princípio 25, Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 3-14 de Junho de 1992



81. Para resolver estas questões de desenvolvimento, as Nações Unidas em Moçambique irá apoiar a criação das condições necessárias para o seguinte resultado de desenvolvimento:

**RESULTADO 8: Todas as pessoas beneficiam de instituições e sistemas de governação democráticos e transparentes que garantem a consolidação da paz, os direitos humanos e uma prestação de serviços equitativa**

Especificamente, as agências das Nações Unidas irão fortalecer a capacidade institucional e processos para a entrega das seguintes realizações:

**PRODUTO 8.1: Actores e mecanismos que promovam uma cultura de paz e diálogo reforçados**

**PRODUTO 8.2: Instituições e processos democráticos reforçados para melhorar a responsabilização, a elaboração de legislação, a representação e a participação cívica**

**PRODUTO 8.3: Processo de descentralização e sistemas de governação local fortalecidos para melhorar a prestação de serviços**

**PRODUTO 8.4: Acesso equitativo a serviços de justiça e quadro de direitos humanos reforçados.**

## PLANETA

*“Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, nomeadamente através do consumo e produção sustentáveis, gestão sustentável dos seus recursos naturais e a tomar medidas urgentes sobre as mudanças climáticas, para que possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras”*

82. A protecção da base de recursos naturais e dos bens públicos desempenha um papel central e fundamental na garantia da sobrevivência contínua, sobretudo para as camadas mais pobres da população e para as gerações futuras. O desenvolvimento social e económico depende da gestão sustentável dos recursos naturais. O oceano fornece oxigénio e dois terços do valor de todos os serviços naturais oferecidos pelo planeta, tem amortecido o golpe das Mudanças Climáticas através da absorção de 25-30% de todas as emissões antropogénicas de carbono e 80% do calor acrescentado ao sistema global. Daí que o oceano seja a chave de todos os ciclos de vida e ecossistemas saudáveis no país. As mudanças climáticas, a erosão costeira, a perda de mangais, a degradação do habitat marinho, a degradação dos solos ou a perda da biodiversidade terrestre e marinha ameaçam os próprios alicerces das sociedades prósperas. Além disso, a resiliência a calamidades depende, em grande medida, do bom funcionamento dos ecossistemas. Um desenvolvimento urbano e gestão sustentáveis são fundamentais para a qualidade de vida das nossas populações.

### 2.9 Gestão de Recursos Naturais e Ambiente

83. Moçambique tem o quarto maior litoral de África e 5% dos ninhos de sete espécies de tartarugas marinhas do mundo nas suas praias. Mais de 60% da população moçambicana vive perto da costa e as pescas revestem-se de importância primordial para a segurança alimentar, uma vez que cerca de 50% da proteína animal dos moçambicanos vem do peixe. Oitenta e cinco por cento das capturas de peixe do país são feitas por pescadores de pequena escala, facto que indicam a importância de oceanos saudáveis e stocks de peixes para as comunidades vulneráveis.

84. O bem-estar da população de Moçambique, o crescimento económico do país e a realização dos objectivos de desenvolvimento e de redução da pobreza dependem, em grande medida, da utilização sustentável dos recursos naturais e da protecção do ambiente. O Governo reservou grandes segmentos (cerca de 24%) do país como áreas protegidas numa tentativa de conservar o seu património natural, ao mesmo tempo que promove o crescimento económico sustentável. Muitos destes são lugares importantes e reconhecidos internacionalmente em termos da sua grande biodiversidade. Estima-se que a agricultura, a silvicultura e as pescas contribuam com mais de 50% para o PIB de Moçambique, resultando numa grande pressão e no uso ineficiente dos recursos naturais. A degradação ambiental é um problema grave, resultando numa perda anual estimada de 17% do PIB e aumentando a exposição aos riscos de mudanças climáticas. A população e as infra-estruturas do país são particularmente vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas, que resultam na perda de vidas humanas, culturas, animais, vida selvagem e infra-estruturas críticas. Estas, por sua vez, fazem subir os preços dos produtos agrícolas, agravam a insegurança alimentar, afectam a saúde humana e resultam numa maior degradação ambiental. Os pobres das zonas rurais, e especialmente as mulheres que dependem directamente dos recursos naturais e da qualidade ambiental para a sua subsistência e resiliência, são particularmente vulneráveis.

85. Uma vez que apenas 26.4% da população tem acesso à electricidade, a lenha é a fonte mais importante de energia doméstica, representando 85% das necessidades totais de energia doméstica. Este facto coloca ainda mais pressão sobre as reservas florestais, em particular nas zonas costeiras, e tem implicações adicionais de saúde, particularmente

para as mulheres e crianças. É por estas razões que a gestão sustentável dos recursos naturais deve ser urgentemente tratada de forma adequada se Moçambique pretende garantir a criação de riqueza e aliviar a pobreza.

86. O PQG 2015-2019 reconhece a importância de melhorar a gestão sustentável dos recursos naturais. Através do UNDAF, as Nações Unidas em Moçambique contribuirão para o seguinte resultado de desenvolvimento:

**RESULTADO 9: As pessoas mais vulneráveis de Moçambique beneficiam de uma gestão inclusiva, equitativa e sustentável dos recursos naturais e meio ambiente**

Trabalhando em estreita colaboração com o Governo e em parceria com o sector privado, a sociedade civil, ONGs e doadores bilaterais, as Nações Unidas, procurará reforçar as políticas e os quadros jurídicos existentes em matéria de gestão de recursos ambientais e naturais e apoiar acções de capacitação através de campanhas de advocacia e de sensibilização para auxiliar com sucesso o Governo, as comunidades, a sociedade civil e o sector privado na obtenção de uma melhor utilização equitativa e sustentável dos recursos naturais. O Global Environmental Facility e outros mecanismos financeiros inovadores, tais como o Green Climate Fund (Fundo Verde para o Clima), serão importantes fontes de financiamento para estas intervenções

87. Especificamente, as agências das Nações Unidas irão garantir que as seguintes realizações de desenvolvimento sejam alcançadas:

**PRODUTO 9.1: Gestão dos recursos naturais e do ambiente melhorada de forma transparente, inclusiva e sensível ao género**

**PRODUTO 9.2: Capacidade desenvolvida para a gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente para garantir o acesso equitativo à terra e aos serviços dos ecossistemas**

**PRODUTO 9.3: Reforço da advocacia, educação e consciencialização pública sobre a gestão sustentável dos recursos naturais e protecção do ambiente de uma forma sensível ao género**

**PRODUTO 9.4: Mecanismos financeiros para uma economia verde-azul são reforçados de forma transparente e equitativa**

88. As Nações Unidas continuará a ajudar o Governo de Moçambique no reforço da capacidade no país em termos de mecanismos de coordenação melhorados e eficazes, acções de formação em curso, promovendo a cooperação sul-sul e triangular e através de assistência técnica especializada.

## **2.10 Mudanças Climáticas e Gestão de Desastres**

89. A configuração e a localização geográfica de Moçambique contribuem para que o país seja classificado em terceiro lugar entre os países africanos mais afectados por riscos relacionados com o clima. A situação é agravada pela capacidade limitada do país de prevenir, mitigar e adaptar-se a fenómenos naturais, aos perigos provocados pelo homem, epidemias e impactos futuros das alterações climáticas. Mais de 60% da população de Moçambique vive ao longo de sua costa de 2.700 quilómetros de extensão e é, portanto, altamente vulnerável a ciclones e tempestades e mais de 25% da população está exposta a perigos naturais. Embora as inundações e os ciclones sejam as ameaças mais frequentes, na verdade é a seca que afecta a maioria das pessoas. A ocorrência de calamidades relacionados com o clima é muitas vezes acompanhada por um surto de doenças que muitas vezes estão relacionadas com problemas de água e saneamento.

90. A agricultura e a pecuária são a principal fonte de receitas para cerca de 55% dos agregados familiares, tornando-os extremamente vulneráveis a condições climáticas uma vez que o sector agrícola absorve 22% das perdas económicas globais resultantes de fenómenos climáticos. O Governo reconhece que a magnitude dos riscos das Mudanças Climáticas afecta negativamente a agenda de desenvolvimento do país, a menos que esses riscos sejam tratados de forma eficaz.

91. Na resposta a desastres, muitas vezes as diferentes necessidades dos homens, mulheres, diferentes faixas etárias, pessoas portadoras de deficiência e pessoas que vivem com HIV não são devidamente tomadas em consideração nos esforços de resposta, destacando a necessidade de considerações de inclusão social nos procedimentos de prontidão e resposta a desastres. Embora a capacidade de resposta do Governo aos desastres tenha melhorado significativamente na última década, existem muitos desafios para criar um processo de recuperação mais eficaz.

92. Para melhorar a capacidade de resiliência de Moçambique a calamidades e impactos das alterações climáticas, o UNDAF e as Nações Unidas em Moçambique contribuirão para o seguinte resultado de desenvolvimento:

**RESULTADO 10: As comunidades são mais resilientes ao impacto das alterações climáticas e desastres**

93. A resiliência será reforçada através da melhoria dos mecanismos de gestão da informação e do conhecimento e da coordenação das Mudanças Climáticas e redução do risco de desastres. A assistência das Nações Unidas para o desenvolvimento das capacidades levará a uma apropriação mais abrangente de sistemas de gestão do conhecimento, incidindo o apoio às mulheres carenciadas, jovens e comunidades dentro de áreas geográficas vulneráveis, com vista a melhorar as suas capacidades de tomada de decisões informadas.

94. Especificamente, as Agências das Nações Unidas irão garantir que as seguintes realizações de desenvolvimento sejam alcançadas:

**PRODUTO 10.1: Os mecanismos de gestão da informação para as Mudanças Climáticas e redução do risco de desastres são reforçados e coordenados**

**PRODUTO 10.2: A capacidade das comunidades, Governo e sociedade civil de criar resiliência é reforçada**

**PRODUTO 10.3: O Governo tem em vigor políticas e quadros legislativos baseados em evidências para abordar eficazmente as Mudanças Climáticas e a redução do risco de desastres.**

### 3. QUADRO DE RECURSOS

Sumário geral de disponibilidade de recursos 2017-2020 (em USD)

| Área de Resultados | Estimativas de contribuições | Déficit de financiamento | TOTAL       |
|--------------------|------------------------------|--------------------------|-------------|
| Prosperidade       | 159,278,839                  | 64,269,775               | 223,548,614 |
| População          | 215,001,263                  | 114,647,558              | 329,648,821 |
| Paz                | 35,482,012                   | 16,107,673               | 51,589,685  |
| Planeta            | 69,457,644                   | 35,714,900               | 105,172,544 |
| TOTAL              | 479,219,758                  | 230,739,906              | 709,959,664 |



## UNDAF 2017-20 Contribuições Financeiras Estimadas por Agência e por Área de Resultados

| Agência      | Prosperidade                 |                          | População                    |                          | Paz                          |                          | Planeta                      |                          | Total                        |                                   | TOTAL GERAL        |
|--------------|------------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|------------------------------|-----------------------------------|--------------------|
|              | Estimativas de contribuições | Déficit de financiamento | Estimativas de contribuições | Déficit de financiamento | Estimativas de contribuições | Déficit de financiamento | Estimativas de contribuições | Déficit de financiamento | Estimativas de contribuições | Total do déficit de financiamento |                    |
| FAO          | 20,385,550                   | 5,700,000                | -                            | 200,000                  | -                            | -                        | 2,558,144                    | 2,000,000                | 22,943,694                   | 7,900,000                         | 30,843,694         |
| IFAD         | 80,000,000                   |                          |                              |                          |                              |                          |                              |                          | 80,000,000                   | -                                 | 80,000,000         |
| OIT          | 4,500,000                    | 1,500,000                | 3,000,000                    | 600,000                  | 200,000                      | 1,600,000                |                              |                          | 7,700,000                    | 3,700,000                         | 11,400,000         |
| OIM          | 1,500,000                    | 1,400,000                | 1,500,000                    | 2,000,000                | 500,000                      | 300,000                  | 2,500,000                    | 1,500,000                | 6,000,000                    | 5,200,000                         | 11,200,000         |
| ITC          | 850,000                      | 6,900,000                |                              |                          |                              |                          |                              |                          | 850,000                      | 6,900,000                         | 7,750,000          |
| OHCHR        |                              |                          |                              |                          |                              |                          |                              |                          | -                            | -                                 | -                  |
| UN Habitat   | 1,500,000                    | 500,000                  | 500,000                      | 200,000                  |                              |                          | 5,500,000                    | 2,000,000                | 7,500,000                    | 2,700,000                         | 10,200,000         |
| ONU Mulheres | 1,600,000                    | 2,400,000                | 4,596,000                    | 3,000,000                | 240,000                      | 400,000                  | 480,000                      | 960,000                  | 6,916,000                    | 6,760,000                         | 13,676,000         |
| ONUSIDA      |                              |                          | 1,045,000                    |                          |                              |                          |                              |                          | 1,045,000                    | -                                 | 1,045,000          |
| UNCDF        |                              |                          | 3,000,000                    | 2,000,000                |                              |                          | 2,000,000                    | 1,000,000                | 5,000,000                    | 3,000,000                         | 8,000,000          |
| UNCTAD       |                              | 1,600,000                |                              |                          |                              |                          |                              |                          | -                            | 1,600,000                         | 1,600,000          |
| PNUD         | 6,500,000                    | 6,000,000                | 1,000,000                    |                          | 8,000,000                    |                          | 37,050,000                   | 3,000,000                | 52,550,000                   | 9,000,000                         | 61,550,000         |
| UNEP         |                              |                          |                              |                          |                              |                          | 910,000                      |                          | 910,000                      | -                                 | 910,000            |
| UNESCO       | 750,000                      | 350,000                  | 4,500,000                    | 2,500,000                | 1,250,000                    | 800,000                  | 500,000                      | 200,000                  | 7,000,000                    | 3,850,000                         | 10,850,000         |
| FNUAP        | 11,830,000                   | 7,000,000                | 18,160,000                   | 4,000,000                | 530,000                      |                          | 3,480,000                    | 1,150,000                | 34,000,000                   | 12,150,000                        | 46,150,000         |
| ACNUR        | 402,789                      | 513,675                  | 2,035,263                    | 2,358,358                | 2,587,672                    | 2,331,492                |                              |                          | 5,025,724                    | 5,203,525                         | 10,229,249         |
| UNICEF       | 17,242,500                   | 8,882,500                | 129,559,000                  | 75,052,000               | 19,249,000                   | 10,220,000               | 1,567,500                    | 522,500                  | 167,618,000                  | 94,677,000                        | 262,295,000        |
| UNIDO        | 2,000,000                    | 7,000,000                |                              |                          |                              |                          | 3,000,000                    | 3,000,000                | 5,000,000                    | 10,000,000                        | 15,000,000         |
| UNODC        |                              |                          | 300,000                      |                          | 644,434                      |                          |                              |                          | 944,434                      | -                                 | 944,434            |
| UNV          |                              |                          | 120,000                      |                          |                              |                          |                              |                          | 120,000                      | -                                 | 120,000            |
| PMA          | 10,100,000                   | 14,500,000               | 25,500,000                   | 18,700,000               |                              |                          | 8,000,000                    | 20,000,000               | 43,600,000                   | 53,200,000                        | 96,800,000         |
| OMS          | 118,000                      | 23,600                   | 20,186,000                   | 4,037,200                | 2,280,906                    | 456,181                  | 1,912,000                    | 382,400                  | 24,496,906                   | 4,899,381                         | 29,396,287         |
| <b>TOTAL</b> | <b>159,278,839</b>           | <b>64,269,775</b>        | <b>215,001,263</b>           | <b>114,647,558</b>       | <b>35,482,012</b>            | <b>16,107,673</b>        | <b>69,457,644</b>            | <b>35,714,900</b>        | <b>479,219,758</b>           | <b>230,739,906</b>                | <b>709,959,664</b> |

## 4. MODALIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

95. O UNDAF 2017-2020 será implementado sob a coordenação geral do Comité Directivo do UNDAF, composto por altos representantes do Governo e Representantes das Agências da ONU. Este comité, co-presidido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e pelo Coordenador Residente das Nações Unidas, será o mais alto órgão de decisão e proporcionará orientação estratégica para a operacionalização do UNDAF.

96. A Equipa da ONU em Moçambique (UNCT), sob a liderança do Coordenador Residente das Nações Unidas, será responsável pela eficiência das intervenções da ONU e deve dirigir o processo de planificação, implementação e monitoria em conformidade com as recomendações e decisões do Comité Directivo do UNDAF. A equipa deve fiscalizar a implementação do UNDAF com regularidade, discutir e determinar a abordagem de execução, incluindo o número e o tipo de intervenções conjuntas, bem como identificar as possibilidades de mobilização conjunta de recursos para todo o programa das Nações Unidas.

97. Embora a implementação efectiva das actividades de programação das Nações Unidas seja feita por actores estatais e não-estatais, com o apoio das respectivas agências da ONU, os Grupos de Resultados (RG) interagências servirão de mecanismo operacional para a coordenação sectorial, gestão e monitoria das intervenções das Nações Unidas em torno das realizações e resultados do UNDAF e da integração dos princípios da programação em todo o UNDAF. Cada RG será presidido por um Representante de Agência, em conformidade com o Manual de Procedimentos do Delivering as One.

98. Os especialistas em Monitoria e Avaliação nos RG devem facilitar uma recolha de dados eficaz e o acompanhamento do progresso em direcção à obtenção dos resultados do UNDAF. Os pontos focais de Monitoria e Avaliação constituirão colectivamente o Grupo de Referência de Monitoria e Avaliação, sob a responsabilidade de um coordenador designado pelo Coordenador Residente. No contexto do UNDAF, este grupo será responsável por:

- 1) Formular e gerir o Plano de Monitoria e Avaliação do UNDAF,
- 2) Desenvolver ferramentas comuns de Monitoria e Avaliação,
- 3) Gerir e actualizar a plataforma de monitoria do UNDAF e
- 4) Consolidar o relatório anual do UNDAF com base nas contribuições dos RG.

99. Estas estruturas do UNDAF serão alinhadas com os mecanismos de coordenação liderados pelo Governo, assim que a arquitectura da assistência estiver finalizada. Os detalhes do mecanismo de coordenação, as funções e as responsabilidades das agências, bem como o alinhamento com as estruturas de coordenação nacionais serão tratados mais pormenorizadamente no decurso de 2016.

100. A complementar a coordenação das iniciativas de desenvolvimento das Nações Unidas, a assistência humanitária é coordenada pela Equipa Humanitária Nacional (HCT) no plano da supervisão e através da abordagem de grupo a nível sectorial apoiada pelo Grupo de Trabalho Humanitário intersectorial.

## 5. MONITORIA E AVALIAÇÃO

101. Os avanços rumo à obtenção de resultados do UNDAF serão monitorizados ao nível dos resultados e das realizações com base nos indicadores definidos na matriz de resultados e em conformidade com um Plano de Monitoria e Avaliação, a ser elaborado. Para os indicadores de resultados, que estão totalmente alinhados com os indicadores nacionais contidos no PQG ou com os planos sectoriais, os dados serão, em grande medida, extraídos de fontes nacionais. Tendo em conta que estes dados servem principalmente para medir os resultados nacionais, a contribuição específica das Nações Unidas só será monitorizada ao nível das realizações, para as quais foram especificamente elaborados indicadores na matriz de resultados. No entanto, a fim de avaliar o impacto mais vasto das contribuições das Nações Unidas no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique, a ONU deverá ainda monitorizar uma série de indicadores de impacto seleccionados relacionados com os ODS.

102. A Revisão Anual do UNDAF, sob a liderança do Comité Directivo, servirá como principal mecanismo de acompanhamento e análise dos progressos registados rumo à obtenção de resultados do UNDAF e para fazer um balanço das lições aprendidas e boas práticas.

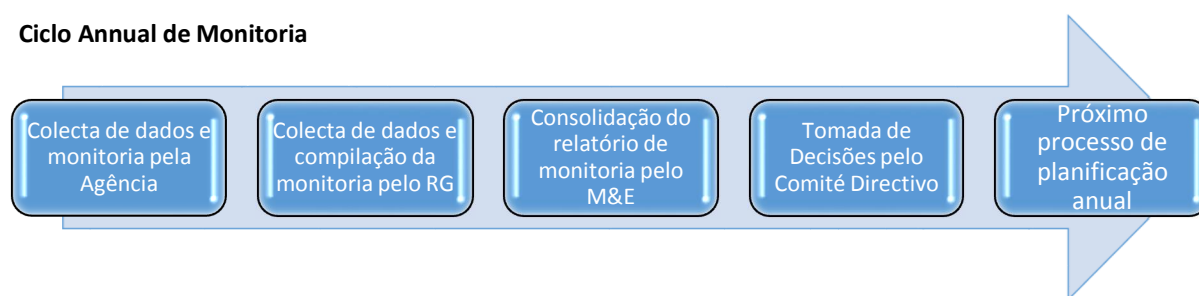
103. Para cada Indicador de Realizações na matriz de resultados, será elaborada uma Nota Técnica com uma descrição detalhada do indicador, a respectiva fundamentação, a natureza, frequência e fonte dos dados que deverão ser colectados e da agência das Nações Unidas responsável pela recolha de dados e relatórios sobre o indicador. Além disso, as Agências da ONU serão responsáveis pela elaboração de relatórios sobre os resultados financeiros referentes às suas respectivas áreas. O ponto de situação do indicador será complementado por um resumo descritivo analítico ao nível do Grupo de Resultados (RG) que descreve os progressos face aos resultados esperados, à luz da posição dos desembolsos financeiros, bem como a integração de temas transversais nas actividades de programação.

104. Com base nas contribuições dos RG, o grupo de Monitoria e Avaliação irá actualizar a plataforma de monitoria do UNDAF, classificar o ponto de situação do progresso das metas anuais dos resultados do UNDAF e preparar um relatório integrado de monitoria anual do UNDAF, que será o documento chave de apoio para a reunião de revisão anual. As posteriores decisões e recomendações do Comité Directivo do UNDAF serão incorporadas no próximo processo de planificação anual.

105. As Nações Unidas irão preparar um relatório de progresso mais extenso do UNDAF, o qual deverá destacar as contribuições da ONU para os resultados nacionais, tal como definido no Programa Quinquenal. A monitoria do UNDAF será alinhada, tanto quanto possível, com os sistemas nacionais de gestão e prestação de contas.

106. Será realizada uma avaliação externa independente da execução e realização dos resultados do UNDAF durante todo o ciclo de programação (2017-2020) no penúltimo ano de implementação do UNDAF (2019), em colaboração com os intervenientes nacionais. A avaliação deve apreciar a relevância, eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade da contribuição do sistema das Nações Unidas para as prioridades nacionais. Em conjunto com o relatório de progresso

### Ciclo Annual de Monitoria



do UNDAF, as conclusões da avaliação nortearão o exercício de planeamento estratégico da UNCT para o UNDAF seguinte. O grupo interagências de monitoria e avaliação será responsável pela preparação técnica e acompanhamento da avaliação externa.

## **ANEXO 1**

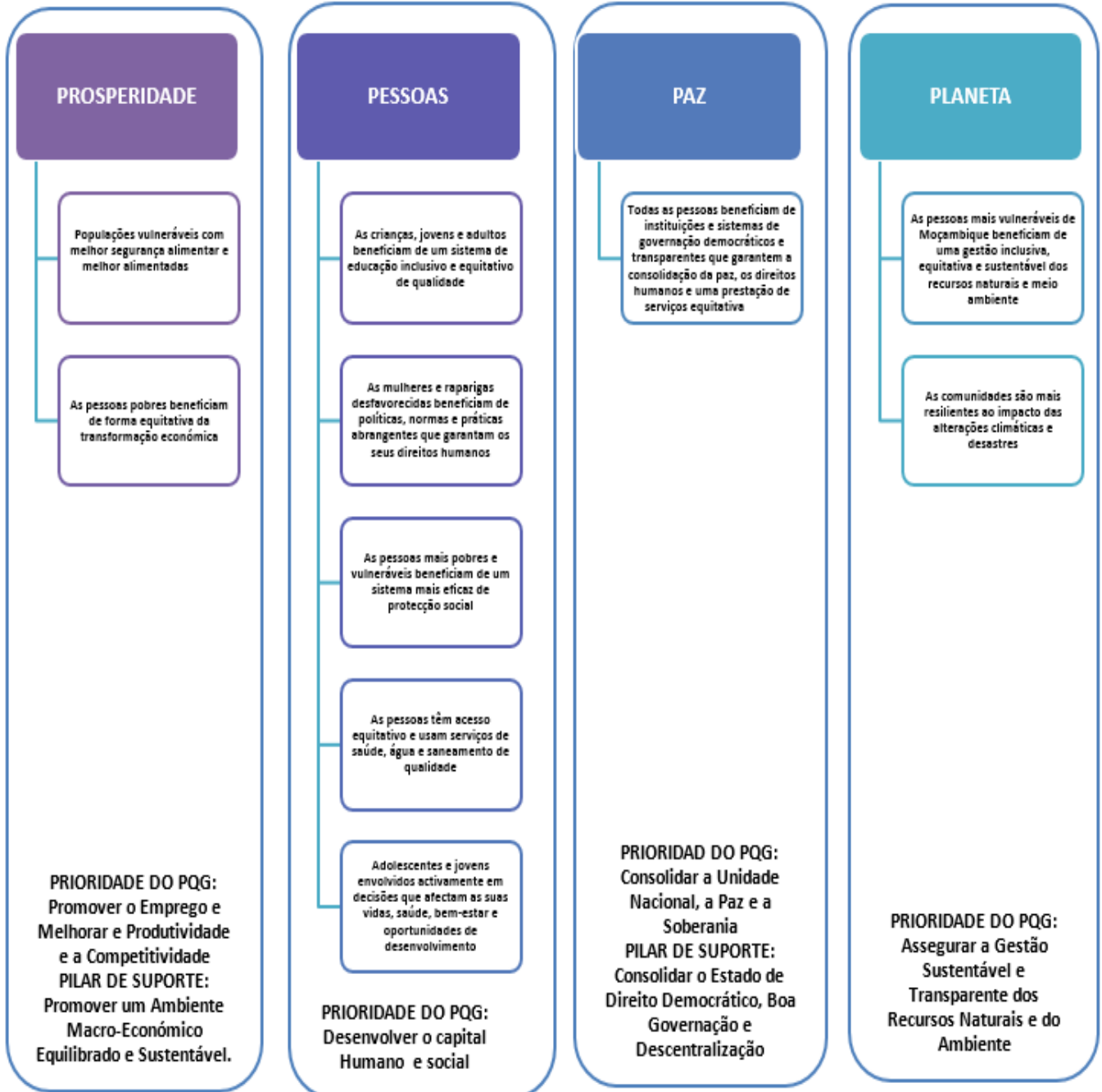
### **MATRIZ ESTRATÉGICA DO UNDAF**



### Visão:

A população de Moçambique, especialmente a que vive em situações mais vulneráveis, goza de prosperidade através do acesso equitativo aos recursos e serviços de qualidade, num ambiente pacífico e sustentável.

### ÁREAS DE RESULTADO



## RESULTADO DA AREA I: PROSPERIDADE

| <b>RESULTADO 1: Populações vulneráveis com maior segurança alimentar e melhor nutridas</b>  |                            |                                 |                    |                       |             |             |  |   |
|---|----------------------------|---------------------------------|--------------------|-----------------------|-------------|-------------|--|---|
| <b>Contribuindo para:</b>   |                            |                                 |                    |                       |             |             |  |   |
| <b>PQG: Prioridades 2 &amp; 3, Pilar II</b>   |                            |                                 |                    |                       |             |             |  |   |
| <b>ODSs: 1, 2, 3, 8, 12, &amp; 15</b>   |                            |                                 |                    |                       |             |             |  |   |
| <b>Indicadores resultados</b>   | <b>Valor Inicial (Ano)</b> | <b>Fonte de Dados</b>           | <b>2017</b>        | <b>2018</b>           | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>Riscos</b>  | <b>Pressupostos</b>   |
| <b>1.1</b> % de famílias com insegurança alimentar crónica  | 24%                        | Relatorio de avaliacao deeSAN   | 20%                | 18%                   | 16%         | Por definir | Calamidades ; instabilidade política e económica       | Não há ocorrência de um grande desastre natural; paz e ambiente económico favorável; a igualdade de género é integrada em programas de nutrição e metodologias de avaliação |
| <b>1.2</b> % de famílias com consumo alimentar adequado   | 66.50%                     | Relatório de avaliacao de SAN   | 70%                | 73%                   | 75%         | Por definir | Calamidades ; instabilidade política e económica       | Não há ocorrência de um grande desastre natural; paz e ambiente económico favorável; Maior consciencialização sobre as questões de nutrição no sector da agricultura        |
| <b>1.3</b> Prevalência de desnutrição crónica em menores de cinco anos (%)  | 43%                        | Estudo de base do SETSAN        | 39%                | 37%                   | 35%         | Por definir | Dependência de recursos financeiros externos           | Maior dotação orçamental do Estado para a SAN   |
| <b>Produto 1.1: Apropriação e capacidade do Governo e dos intervenientes fortalecidas para desenhar e implementar políticas de segurança alimentar e nutricional baseadas em evidências</b> |                            |                                 |                    |                       |             |             |  |   |
| <b>1.1.1</b> Número de províncias onde são implementadas iniciativas de fortificação de alimentos   | 0                          | COMFAM                          | 3                  | 5                     | 8           | 11          | Calamidades graves; instabilidade política e económica | Não há ocorrência de um grande desastre natural; paz e ambiente económico favorável; a igualdade de género é integrada em programas de nutrição e metodologias de avaliação |
| <b>1.1.2</b> Lei da Agricultura   | Inexistente                | Relatório anual do Parlamento e | Projecto de Lei da | Submetido à aprovação |             |             | Mudança de prioridades                                 | Vontade / empenho político  |

|  |                                       |  |                            |                            |                            |                |   |  |  |
|--|---------------------------------------|--|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------|---|--|--|
|  |                                       | Boletim da República   | Agricultura                |                            |                            |                |   |  |  |
| <b>1.1.3</b> Número de planos económicos e sociais distritais (PESOD) em províncias seleccionadas que incorporam uma abordagem da SAN sensível ao género                           | 0                                     | Relatórios anuais do SETSAN e ONU Mulheres, Ministério da Economia e Finanças - relatórios anuais do UNCDF | Total 4 (2 Gaza; 2 Manica) | Total 4 (2 Gaza; 2 Manica) | Total 5 (2 Gaza; 3 Manica) | Total 2 (Gaza) | Escassez de recursos (financeiros e humanos) a nível descentralizado; Sinergias fracas entre os parceiros de desenvolvimento; intervenções e recursos para financiar intervenções de segurança alimentar descentralizadas | Empenho político em relação à agenda da SAN  |  |
| <b>1.1.4</b> Número de avaliações de SAN que usam uma óptica de género apoiadas a nível nacional   | 2                                     | Relatórios do CAV  | 2                          | 2                          | 2                          | 2              | Dotação orçamental limitada para a igualdade de género e avaliações do SAN  | Disponibilidade de apoio técnico e financeiro dos parceiros  |  |
| <b>Produto 1.2: Produtores dos sectores de agricultura e pescas com melhor capacidade para adoptar técnicas de produção sustentáveis para o consumo próprio e para os mercados</b> |                                       |  |                            |                            |                            |                |   |  |  |
| <b>1.2.1</b> Número de agricultores que se beneficiam da metodologia de extensão FFS (cumulativo)  | 650.000 (2015, cumulativo desde 2001) | Relatórios anuais da FAO e IFAD ONU Mulheres, relatório do WEE Projecto de Gaza                            | 657,500                    | 665,000                    | 672,500                    | 680,000        | Escassez de serviços de extensão para a capacitação em matéria de metodologia de extensão das FFS   | O MASA harmoniza com sucesso a abordagem e metodologia das FFS a nível nacional; as comunidades rurais apoiam o empoderamento das mulheres     |  |
| <b>1.2.2</b> Número de famílias que utilizam silos da Gorongosa (cumulativo)   | 1225 (2015)                           | Relatório anual da FAO   | 2,225                      | 3,225                      | 4,225                      | 4,400          | Escassez e custo de materiais de construção   | Interesse das famílias em investir no armazenamento melhorado<br>Disponibilidade de orçamento nacional para assumir as actividades do Programa |  |
| <b>1.2.3</b> Número de mulheres apoiadas na horticultura para consumo próprio (cumulativo)   | 0 (2015)                              | Relatórios anuais do Programa da FAO, ODM 1c   | 3,000                      | 4.000                      | 8,000                      | 10,000         | A dependência actual da agricultura de sequeiro prevalece   | Disponibilidade de terra e água<br>Disponibilidade de orçamento nacional para assumir as actividades do Programa                               |  |

|   |  |  |  |  |   |   |   |   |
|---|--|--|--|--|---|---|---|---|
| 1.2.4 Quantidade de peixe capturado por unidades de pesca que estão predominantemente viradas para uma melhor qualidade do pescado                                  | 66.000 MT/ano                                    | Dados do levantamento o do esforço e captura do IIP (estatísticas anuais)      |  | 84.000 MT/ ano                           |   |   | Níveis de captura insustentáveis devido ao excesso de dimensionamento de pólos de crescimento e inexistência de dados sobre o potencial de recursos | Aumentar o número de unidades pesqueiras que estão predominantemente viradas para a captura de pescado de melhor qualidade e maior número de barcos novos melhorados  |
| <b>Produto 1.3: Sectores público e privado investem em sistemas alimentares resilientes, eficientes e sensíveis à nutrição</b>                                      |  |  |  |  |   |   |   |   |
| 1.3.1 Número de acordos comerciais celebrados entre organizações de agricultores e grandes compradores  | 7  | Relatórios anuais do PMA e do IFAD; Relatórios do projecto WEE da ONU Mulheres | 23   | 30                                       | n/a   | n/a   | Tendências adversas do mercado regional e nacional  | Pequenos agricultores entendem os ganhos económicos e tecnológicos de se envolverem em organizações/cooperativas  |
| 1.3.2 % de alimentos fortificados e a venda no mercado - Óleo<br>- Farinha de trigo<br>- Farinha de milho<br>- Açúcar<br>- Sal                                      | <b>total 93</b><br>25%<br>45%<br>0%<br>0%<br>60% | Estatísticas anuais do MIC<br><br>DNI/INAE Anual                               | Total 110<br>50%<br>60%<br>25%<br>25%<br>65% | Total 124<br>75%<br>75%<br>50%50%<br>75% | Total 150<br>90%<br>75%<br>75%<br>90%<br>100% | <b>total 176</b><br>10<br>100<br>100<br>100<br>100% | Graves choques nos preços dos produtos  | São mantidas as actuais taxas de crescimento económico nacional   |
| 1.3.3 Número de famílias com acesso à vacinação contra a doença Newcastle (cumulativo)  | 98,000   | Relatório anual da FAO   | 110,000                                      | 150,000                                  | n/a   | n/a   | Escassez de pessoal técnico e fraca logística para uma cobertura mais ampla durante as campanhas de vacinação em zonas rurais remotas               | Disponibilidade de vacinas (do Laboratório Nacional); interesse das famílias em participar das campanhas de vacinação; agentes polivalentes elementares de saúde animal (CAHW) estão engajados em campanhas de vacinação nas suas regiões |
| 1.3.4 Número de famílias com acesso a insumos agrícolas melhorados através do sistema de vales (cumulativo)   | 8,000  | Relatório anual da FAO   | 15,000                                       | 20,000                                   | 25,000  | 27,000  | Distorções do mercado devido à distribuição gratuita de insumos agrícolas   | Mercado de sementes funcional a nível distrital, provincial e nacional. Disponibilidade de orçamento nacional para assumir as actividades do Programa   |
| <b>Produto 1.4: Comunidades (mulheres em particular) adquirem conhecimentos para adoptar práticas e comportamentos adequados para reduzir a desnutrição crónica</b> |  |  |  |  |   |   |   |   |

|  |   |   |   |                          |    |  |   |   |
|--|---|---|---|--------------------------|----|--|---|---|
| <b>1.4.1</b> % de crianças dos 0 aos 6 meses com amamentação exclusiva   | (Sesta 2014) (59% na Zambézia; 13% em Tete; 41% em Nampula) | Relatório anual do sector                             |   | Z: 63%<br>T:17%<br>N:45% |    | 66% na Zambézia; 20% em Tete; 48% em Nampula | Código sobre substitutos do Leite Materno não é implementado nem aplicado de forma consistente. As comunidades não estão dispostas a mudar de comportamento | Parceiros e Governo implementam de forma consistente as estratégias aprovadas de promoção de saúde e de alimentação infantil e da criança. Disponibilidade de pessoal e recursos humanos adequados. |
| <b>1.4.2</b> % de crianças dos 6-23 meses que recebem uma dieta mínima aceitável em províncias seleccionadas                           | (Setsan 2014) (9% na Zambézia; 5% em Tete; 13% em Nampula)  | Relatório anual do sector                             |   | Z:12%<br>T:8%<br>N:16%   |    | 16% na Zambézia; 12% em Tete; 20% em Nampula | A crise de segurança alimentar afecta a disponibilidade e a acessibilidade de alimentos diversificados e enriquecidos                                       | As actividades do sistema alimentar na Realização 2-3 são implementadas para permitir um ambiente propício à comunicação para a mudança de comportamento sobre as práticas de alimentação infantil  |
| <b>1.4.3</b> % da comunidade com condições para a lavagem das mãos   | (IDS2011) (TBC na Zambézia; 53% em Tete; 5% em Nampula)     | Relatório anual do sector                             |   | Z:TBC<br>T:8%<br>N:16%   |    | TBC na Zambézia; 66% em Tete; 18% em Nampula | Capacidade limitada dos parceiros, envolvimento limitado das comunidades e calamidades, que poderiam minar a sustentabilidade e segurança das intervenções  | Existência de uma descentralização eficaz, com mais recursos e capacidades a nível distrital, municipal e provincial; forte apropriação dos programas de Água e Saneamento pelo Governo             |
| <b>1.4.4</b> Número de distritos que se beneficiam de intervenções de mudança de comportamento nutricional em províncias seleccionadas | 22  | ODM1c (FAO, IFAD e PMA) e relatórios anuais do UNICEF | 6 | 16                       | 13 | 13   | Restrições orçamentais dos doadores   | Disponibilidade de facilitadores/activistas para a integração do género e nutrição ao nível local   |

## RESULTADO 2: As pessoas pobres beneficiam de forma equitativa da transformação económica sustentável

### Contribuindo para:

PQG: Prioridade 3, Pilar II

ODSs: 1, 8, 9, 11, & 12

| Indicadores dos resultados  | Valor Inicial (Ano) | Fonte de Dados                                     | 2017                             | 2018 | 2019 | 2020                             | Riscos   | Pressupostos   |
|---|---------------------|--|----------------------------------|------|------|----------------------------------|--|--|
| 2.1 Índice de Elasticidade do Crescimento da Pobreza  | 0.47 (2009)         | GdM  | Por confirmar depois do IOF 2015 |      |      | Por confirmar depois do IOF 2015 | Redistribuição insuficiente dos benefícios do crescimento económico. Qualidade e fiabilidade dos dados disponíveis para medir a distribuição dos benefícios do crescimento económico.  | O compromisso político em relação a uma prosperidade equitativa inclusiva é traduzido em política e acções                                   |
| 2.2 Índice de Gini  | 41.4 (2008)         | GdM  | Por confirmar depois do IOF 2015 |      |      | Por confirmar depois do IOF 2015 | Redistribuição insuficiente dos benefícios do crescimento económico. Qualidade e fiabilidade dos dados disponíveis para medir a distribuição dos benefícios do crescimento económico. O GdM usa cálculos diferentes do Banco Mundial | Redução em linha com a tendência dos últimos 20 anos. Valor inicial deve ser actualizado com base no IOF                                     |
| 2.3 Percentagem do orçamento nacional atribuída a sectores económicos chave de redução da pobreza (tais como a agricultura, pescas, indústria transformadora. A acordar pelo grupo) | 2015                | GdM (orçamento do Estado disponível todos os anos) |                                  |      |      |                                  | O choque económico (interno e externo) afecta negativamente os recursos orçamentais  | O compromisso político em relação a uma prosperidade equitativa inclusiva é traduzido em política e acções. Maior transparência do orçamento |

### Produto 2.1: Sistemas e instituições provinciais e distritais habilitados para reforçar a coerência e implementação da política económica

|   |          |                        |   |   |   |   |   |   |
|---|----------|------------------------|---|---|---|---|---|---|
| 2.1.1 Nº de estudos que avaliam a coerência da política económica, sustentabilidade e reformas institucionais usadas pelo GdM para o desenvolvimento de políticas | 2015 (0) | Relatórios da ONU      | 1 | 2 | 4 | 6 | Cooperação insuficiente entre os ministérios. Acordo não assumido sobre as políticas de desenvolvimento. Falta de vontade política    | Os esforços para a coerência das políticas ao nível da administração não são perturbados por questões políticas. A transformação económica sustentável continua a estar no centro da agenda de desenvolvimento nacional |
| 2.1.2 Mecanismos de monitoria e coordenação dos ODS usados pelo GdM   | 2015 (0) | Relatórios do GdM, ONU | 1 | 1 | 1 | 1 | Falta de vontade política a nível nacional, provincial e distrital. Cooperação insuficiente entre os ministérios e entre os doadores. | Mecanismo de coordenação eficaz para assegurar um forte compromisso e alinhamento de todos os intervenientes. Os parceiros de desenvolvimento   |

|   |            |   |    |     |     |     |  |  |   |
|---|------------|---|----|-----|-----|-----|--|--|---|
|   |            |   |    |     |     |     |  |  | continuam envolvidos. O GdM compromete-se a apresentar um relatório anual / regular sobre ODS |
| <b>2.1.3</b> Número de PEDD em províncias seleccionadas que abordam explicitamente o desenvolvimento espacial-económico   | 2015 (0)   | Relatórios da UNHABITAT   | 0  | 1   | 2   | 3   | Mudanças no contexto político que levam a uma mudança de fronteiras administrativas, prevalência dos benefícios económicos acima dos sociais   | O PEDD será usado para apoiar o desenvolvimento das zonas económicas especiais e dos corredores  |   |
| <b>Produto 2.2: Os sectores público e privado habilitados para melhorar o ambiente de negócios, a competitividade e a criação de emprego</b>  |            |   |    |     |     |     |  |  |   |
| <b>2.2.1</b> Nº de províncias com sistemas de informação do mercado de trabalho efectivos (padrões reconhecidos)  | 2015 (1)   | Relatórios da OIT   | 2  | 2   | 3   | 3   | Capacidades humanas e financeiras escassas para o funcionamento dos centros de emprego   | Há uma forte procura no mercado de centros de emprego capazes de combinar a procura e a oferta no mercado de trabalho  |   |
| <b>2.2.2</b> Nº de instituições de ETP certificados pela ANEP que oferecem cursos para abordar a questão da escassez de competências  | 2015 (N/A) | Relatórios da OIT   | 1  | 1   | 2   | 2   | Grande investimento para a certificação  | Procura do sector privado e das empresas multinacionais de trabalhadores qualificados e competentes  |   |
| <b>2.2.3</b> Nº de empresas aferidas de acordo com padrões reconhecidos   | 2015 (20)  | Relatórios do GdM   | 60 | 100 | 140 | 180 | Falta de sensibilização do sector privado para os benefícios da adopção de melhores práticas como a avaliação comparativa  | Empenho do sector privado na melhoria da competitividade   |   |
| <b>2.2.4</b> Nº de sistemas integrados para o desenvolvimento empresarial sustentável   | 2015 (4)   | Relatórios do GdM   | 7  | 10  | 13  | 16  | Disponibilidade de infra-estrutura adequada de TI, instalações e pessoal qualificado a nível provincial  | Compromisso contínuo do Governo em apoiar um ambiente de negócios favorável a nível nacional   |   |
| <b>2.2.5</b> Nº de Municípios (pop. 100k+) que executam o seu Plano de Estrutura Urbana (PEU) quando emitem licenças de construção  | 2015 (3)   | Relatórios da UNHABITAT, Cities Alliance e Future Cities Africa | 5  | 7   | 10  | 13  | A rotação de pessoal e de dirigentes locais é grande; as responsabilidades do distrito e do município mudam constantemente   | Os municípios carecem de planos de acção para investimentos de curto prazo, por exemplo em termos de conectividade, que acomodem o crescimento económico   |   |
| <b>Produto 2.3: A capacidade nacional de colectar, analisar e utilizar dados de alta qualidade sobre a pobreza, privação e desigualdades para informar a política económica é fortalecida</b> |            |   |    |     |     |     |  |  |   |
| <b>2.3.1</b> Nº de documentos de política económica chave com análise clara do impacto sobre a pobreza, a exclusão e as desigualdades utilizados pelo GdM                                     | 2015 (2)   | Relatórios da ONU   | 3  | 4   | 5   | 6   | Falta de vontade política a nível nacional, provincial e distrital. Cooperação insuficiente entre os ministérios. Falta de colaboração entre o governo central e os governos provinciais | Os esforços para a coerência das políticas ao nível da administração não são perturbados por questões políticas. A pobreza, a exclusão e as desigualdades permanecem no centro da agenda do desenvolvimento e do discurso nacional |   |

|   |          |                        |   |   |   |    |   |   |
|---|----------|------------------------|---|---|---|----|---|---|
| <b>2.3.2</b> Nº de análises de vulnerabilidade que reflectem a dinâmica das populações-chave utilizadas para o desenvolvimento de políticas     | 2015 (0) | Relatórios da ONU      | - | 1 | 2 | 3  | Os dados do censo não permitirão uma análise aprofundada das vulnerabilidades específicas, tais como a migração   | O Censo será realizado em 2017, conforme programado   |
| <b>2.3.3</b> Nº de províncias que usam a análise multidimensional da pobreza nos seus processos de plano e orçamento                            | 2015 (0) | GdM                    | 2 | 5 | 8 | 11 | Falta de vontade política a nível nacional, provincial e distrital. Cooperação insuficiente entre os ministérios. Falta de colaboração entre o governo central e os governos provinciais                              | Tornar os números cumulativos   |
| <b>2.3.4</b> Os documentos de política reflectem o impacto da actual pobreza da criança, do adolescente e do jovem no desenvolvimento económico | 2015 (1) | GdM                    | 1 | 2 | 3 | 4  | Falta de interesse e compreensão do impacto da pobreza e da desigualdade vivida pelas gerações mais jovens sobre o crescimento económico. Percepção do estudo sobre crianças e jovens como um pequeno nicho sectorial | Entendimento claro de que a redução da pobreza pode ser uma causa (e não apenas um efeito) do crescimento económico. Existência de dados adequados, capacidade técnica para realizar análises |
| <b>2.3.5</b> Existência de sistema de apoio às Estatísticas Industriais Nacionais   | 2015 (0) | Relatórios do GdM, ONU | 0 | 0 | 0 | 1  | Orçamento limitado de instituições públicas para manter a base de dados operacional e actualizada. Falta de processos efectivos de colecta de dados.  | Disponibilidade de mecanismos para fornecer dados actualizados  |

## RESULTADO DA AREA 2: PESSOAS

### RESULTADO 3: Crianças, Jovens e Adultos beneficiam de um sistema de ensino inclusivo e equitativo de qualidade

**Contribuindo para:**

**PQG:** Prioridade 2

**ODSs:** 1, 2, 4, 5, & 10

| Indicadores do resultado | Valor inicial (ano) | Fonte de Dados | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Riscos | Pressupostos |
|--------------------------|---------------------|----------------|------|------|------|------|--------|--------------|
|--------------------------|---------------------|----------------|------|------|------|------|--------|--------------|



|   |  |   |                  |                  |                  |                  |  |   |
|---|--|---|------------------|------------------|------------------|------------------|--|---|
| <b>3.1</b> Taxas Brutas de Conclusão do EP2   | 44% (2014)                                   | Relatório de Desempenho Sector da Educação MINEDH | 51%              | 55%              | 58%              | 60%              | Questões do lado da procura estagnam a transição do EP1 para o EP2   | O acesso ao EP2 continuará a ser alargado   |
| <b>3.2</b> % de estudantes da 3ª classe que atingem as competências básicas de literacia e numeracia do Ensino Primário do 1º grau (EP1)                  | 6.3 (2013)                                   | Avaliação Nacional de Aprendizagem INDE           | 9                | N/A              | 12               | N/A              | O INDE leva demasiado tempo a publicar as conclusões. Os relatórios surgem após o ano da colecta de dados  | As avaliações serão realizadas a cada 3 anos, conforme o programado   |
| <b>3.3</b> Número de crianças e jovens portadores de deficiência inscritos na educação especial inclusiva   | 100000 (2014)                                | Relatório Desempenho Sector de Educação MINEDH    | 115,000          | 120,000          | 125,000          | 130,000          | Nenhum identificado  | Os dados sobre este indicador serão colectados sistematicamente pelo MINEDH, mesmo que seja fora da base de dados da DIPLAC   |
| <b>Produto 3.1 As crianças, jovens e adultos têm acesso a um ciclo completo de aptidão escolar, ensino primário e primeiro ciclo do ensino secundário</b> |  |   |                  |                  |                  |                  |  |   |
| <b>3.1.1</b> Taxa Líquida de Admissão na 1ª Classe do EP1 (por sexo em distritos seleccionados)   | 70% (2015)                                   | MINEDH 3/3 EduStat e projecções do INE            | 72%              | 74%              | 76%              | 78%              | As projecções da população e alguns distritos podem não reflectir o crescimento real da população, resultando em NER distorcidos em alguns distritos   | O acesso ao EP1 continuará a expandir, mas a um ritmo mais lento do que nos anos anteriores   |
| <b>3.1.2</b> Número de crianças que recebem lanche escolar gratuito (por sexo em distritos seleccionados)   | Raparigas: 36.169<br>rapazes: 34,778 (2012)  | Relatório mensal do SF DPEC Tete/PMA              | Aumento anual 6% | Aumento anual 6% | Aumento anual 6% | Aumento anual 6% | Se as inscrições não mantiverem um crescimento constante, será difícil atingir o crescimento anual   | As admissões anuais manterão um crescimento constante de 6% (vide o próximo indicador)  |
| <b>3.1.3</b> % de mudança nas Admissões no EP1 e EP2 (por sexo em escolas seleccionadas)  | 7.8 total (aumento de 2014 para 2015) no EP1 | Relatórios 3/3 EduStat MINEDH e ACNUR             | 9%               | 9%               | 9%               | 9%               | O acesso ao EP2 para crianças refugiadas será insuficiente. Com a actual dotação orçamental, o ACNUR deve priorizar o apoio total ao ensino primário em relação às necessidades específicas a nível do ensino secundário | As crianças refugiadas matriculadas no EP1 aumentam proporcionalmente a população refugiada com base em estimativas do ACNUR revistas anualmente. A DIPDH em Nampula está empenhada em permitir o acesso de crianças refugiadas assim que a capacidade da escola secundária for aumentada |

|  |   |  |   |   |   |   |   |   |
|--|---|--|---|---|---|---|---|---|
|  | 5.0 (raparigas); 4.1 (rapazes); Total 4.5 (aumento de 2014 para 2015) nas escolas do EP1 e EP2 de distritos seleccionados | Relatórios 3/3 EduStat MINEDH e PMA                  | 6% para rapazes e raparigas   | 6% para rapazes e raparigas   | 6% para rapazes e raparigas   | 6% para rapazes e raparigas   | Nenhuns identificados   | O sistema continua a expandir, permitindo um maior número de admissões no EP1 e EP2   |
| <b>3.1.4:</b> Taxas de retenção (por sexo em distritos seleccionados)  | 92.7 (raparigas); 93.1 (rapazes); Total 92.9 (2014)   | Relatórios de Aproveitamento EduStat do MINEDH e PMA | 95%   | 95%   | 95%   | 95%   | Maiores taxas de inscrição que levam a números elevados de alunos na sala de aula podem potencialmente originar mais desistências se não forem afectos mais professores | As admissões continuam a aumentar e, por isso, a retenção é mais problemática. Assim, pretende-se que a meta se mantenha inalterada apesar do maior número de admissões     |
| <b>3.1.5:</b> % de raparigas e mulheres que concluem com sucesso o Programa de Alfabetização familiar (distritos seleccionados)  | 60% (2015)  | Base de dados MINEDH/ DINAEA                         | 80%   | 80%   | 80%   | 80%   | Desistência dos participantes   | As pessoas estão interessadas, existe disponibilidade de formadores qualificados e os líderes comunitários estão envolvidos no processo                                     |
| <b>Produto 3.2 As crianças, jovens e adultos adquirirem competências básicas de literacia, numeracia e habilidades para vida</b> |   |  |   |   |   |   |   |   |
| <b>3.2.1</b> % de crianças que passaram no exame da última classe na escola (por sexo em distritos seleccionados)                | Baseline: (Mar 2012) 70 (Raparigas); 51 (rapazes) Total 63  | MINEDH Aproveitamento EduStat e relatórios do PMA    | Meta taxa aproveitamento: 80 (raparigas); 75 (rapazes) 50% para raparigas em situação pós-crise | Meta taxa aproveitamento: 80 (raparigas); 75 (rapazes) 50% para raparigas em situação pós-crise | Meta taxa aproveitamento: 80 (raparigas); 75 (rapazes) 50% para raparigas em situação pós-crise | Meta taxa aproveitamento: 80 (raparigas); 75 (rapazes) 50% para raparigas em situação pós-crise | Os alunos são retidos até à última classe, mas se a aprendizagem não estiver a ocorrer nas salas de aula, as taxas de transição podem reduzir                           | Os relatórios das Taxas de Aprovação são elaborados no fim de cada ano. O relatório sobre este indicador referente ao ano n só será possível no segundo semestre do ano n+1 |

|  |   |  |     |     |                            |     |  |  |
|--|---|--|-----|-----|----------------------------|-----|--|--|
| <b>3.2.2</b> Número de professores de alfabetização com conhecimento da abordagem de alfabetização familiar e educação parental  | 0 (2015)  | Relatórios da DINAEA/UNESCO                  | 100 | 100 | 100                        | 100 | N/A  | Os serviços Distritais de Educação comprometem-se a fornecer os professores de alfabetização para o programa |
| <b>3.2.3</b> % dos jovens dos 15-24 anos com conhecimento abrangente sobre a Saúde Sexual e Reprodutiva e prevenção do HIV/SIDA  | 70% (2011)  | Inquérito Demográfico e de Saúde MISAU e INE | N/A | 80% | N/A                        | 85% | Está prevista a realização do IDS para 2018, mas não está confirmado   | O MINEDH está a formar professores sobre os conteúdos de CSE com base no Pacote de Habilidades para a Vida   |
| <b>3.2.4</b> % de alunos da 3ª classe que atingem a literacia e numeracia básicas do ensino primário do 1º grau (por sexo em distritos seleccionados)                                | Estudo de base a realizar em 2016                                 | Avaliação Nacional da Aprendizagem INDE      | N/A | N/A | Por definir com base no BL | N/A | Reforma contínua da Formação de Professores pode levar a uma maior fragmentação nos processos de formação de professores | Compromisso do Governo e comunicação em tempo oportuno sobre as potenciais reformas                          |
| <b>PRODUTO 3.3: Os técnicos de planificação e gestores são capazes de praicar a fomulação, planificação, monitoria e avaliação de políticas e estratégias com base em evidências</b> |   |  |     |     |                            |     |  |  |
| <b>3.3.1</b> Número de gestores com maior conhecimento de planificação, orçamentação, monitoria e avaliação (por sexo em províncias, distritos e escolas seleccionados)              | 20 directores de escolas (2013)                                   | Relatórios do MINEDH/DPEC Tete e PMA         | 27  | 30  | 30                         | 40  | Grande rotação de directores e escassez de fundos para realizar as formações   | Disponibilidade de formadores de POEMA. Os directores estão disponíveis para participar                      |
|  | 50 Directores de EP distritais e DEPLA (2015)                     | Relatórios dos SDEJT e UNICEF                | 70  | 70  | 70                         | 70  |  |  |
|  | 20 Directores de alfabetizaã o provinciais e 20 distritais (2015) | Relatórios da DPEDH/SDEJT e UNESCO           | 50  | 50  | 50                         | 50  |  |  |

|   |              |   |    |     |     |     |   |   |
|---|--------------|---|----|-----|-----|-----|---|---|
| 3.3.2 Políticas revistas são aprovadas  | 0            | Publicação no Boletim da República      | 1  | 2   | 3   |     | Falta de empenho do governo   | Empenho do Governo  |
| 3.3.3 % de escolas monitorizadas que satisfazem os padrões de qualidade (distritos seleccionados) | 0.02% (2012) | Relatórios do MINEDH DGGQ/DPEDH / SDJET | 5% | 10% | 15% | 20% | Os critérios para visitar as escolas podem não se basear nas necessidades | Nem todas as escolas nos distritos apoiados serão visitadas |

#### RESULTADO 4: As Mulheres e raparigas desfavorecidas beneficiam de políticas, normas e práticas abrangentes que garantem os seus direitos humanos

**Contribuindo para:**  
**PQG:** Prioridade 2  
**ODSs:** 1, 3, 5, 10, & 16

| Indicadores dos resultados   | Valor Inicial (Ano)                         | Fonte de Dados                            | 2017  | 2018  | 2019  | 2020                              | Riscos   | Pressupostos  |
|--|---|---|-------|-------|-------|-----------------------------------|--|---|
| 4.1 Valor do Índice de Desigualdade de Género  | Valor 0.591.2015                            | Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) | 0.560 | 0.530 | 0.500 | 0.470                             | Não há implementação dos planos e estratégias nacionais relacionados com a saúde reprodutiva, empoderamento e parlamento e ao ensino secundário e superior e não há mudanças nas atitudes e práticas discriminatórias contra as mulheres | i. O Governo aloca recursos para a i) implementação de intervenções relativas à saúde reprodutiva, participação no Parlamento, conclusão do ensino secundário e superior, participação no mercado laboral, combate à violência contra as mulheres e raparigas e casamentos prematuros; ii) as funções de monitoria e fiscalização são realizadas efectivamente pelo MGCAS, MEF e Parlamento iii) As mudanças no conhecimento resultam em atitudes, crenças e comportamentos transformados |
| 4.2 % de mulheres que consideram justificável qualquer forma de violência contra as mulheres e raparigas   | 38.7% mulheres rurais, 30.7% urbanas (2011) | IDS                                       |       |       |       | 35% mulheres rurais e 27% urbanas |  |   |
| 4.3 % de mulheres de 20-24 anos que se casaram pela primeira vez ou estiveram numa união antes dos 18 anos | 48% (2011)                                  | IDS                                       | 44%   | 40%   | 36%   | 32%                               |  |   |

**Produto 4.1: Capacidade dos Ministérios do Género, Criança e Acção Social, da Economia e Finanças e do Parlamento fortalecida para coordenar, monitorizar e fiscalizar a implementação dos 3 compromissos sobre a igualdade de género**

|   |   |                                       |  |  |   |  |   |  |
|---|---|---------------------------------------|--|--|---|--|---|--|
| 4.1.1 Número de quadros do MGCAS, MEF e AR com mais conhecimentos sobre a monitoria e fiscalização sensíveis ao género. MGCAS, MEF e Parlamento (FNUAP, PNUD, ONU Mulheres)                               | 0   | Relatórios Anuais das Agências da ONU | 50   | 75   | 100   | 125  | A capacidade e os conhecimentos adquiridos não são traduzidos em acção transformativa   | 1. O MGCAS, MEF e os Deputados têm a capacidade de influenciar a integração de assuntos de género na planificação, orçamentação e prestação de contas a nível nacional; 2. Vontade política de implementar quadros de prestação de contas e responsabilização relativos à implementação de compromissos de igualdade de género |
| 4.1.2 Relatórios de progresso atempados produzidos pelo Governo em função dos compromissos sobre a igualdade de género nacionais e internacionais (FNUAP, PNUD, ONU Mulheres)                             | 1 Beijing+20 (2014), 3º e 4º Relatórios da CEDAW Atrasados desde 2010 | Relatórios da CEDAW, Beijing e SDG    | 3º, 4º e 5º Relatório da CEDAW; 1º Relatório sobre a Resol 1325 da ONU | Capítulo sobre Género do UPR                   |   | Beijing Nacional +25; Capítulo de Género do 1º Relatório Nacional de ODS | Capacidade limitada dos mecanismos institucionais de igualdade de género de produzir relatórios. Aqui também poderão existir riscos   | Vontade política e empenho em relação aos compromissos de igualdade de género nacionais e internacionais continuam fortes; capacidade de produzir relatórios   |
| 4.1.3 Nº de PES/OE sectorial com intervenções relacionadas ao género orçamentadas (FNUAP, ONU Mulheres)   | 3   | PES/OE e BdPES/OE                     | 4  | 6  | 8   | 10   | Capacidade adquirida de planificação, orçamentação e monitoria sensíveis ao género não é utilizada  | Metodologias de Planificação Nacional continuam favoráveis à integração da igualdade de género e empoderamento das mulheres pelos sectores   |
| <b>Produto 4.2: Os principais actores a nível local são capazes de contribuir para a transformação das normas socioculturais discriminatórias e práticas prejudiciais contra as mulheres e raparigas.</b> |   |                                       |  |  |   |  |   |  |
| 4.2.1 Nº de rapazes, raparigas e mulheres com mais conhecimentos sobre as práticas socioculturais discriminatórias contra mulheres e raparigas em distritos seleccionados                                 | 1200 rapazes; 1300 raparigas (2015) , 500 mulheres (2015)             | Relatórios Anuais das Agências da ONU | Rapazes (400) Raparigas (500); Mulheres (600);                         | Rapazes (500) raparigas ( 600) mulheres ( 700) | Rapazes ( 600) Raparigas (700); Mulheres (800)- | Rapazes (700) Raparigas (800) Mulheres (900)-                            | Normas e atitudes sociais prejudiciais limitam as mulheres, homens, rapazes e raparigas de denunciar casos de violência; normas sociais prejudiciais profundamente enraizadas resistentes à mudança | Homens e rapazes e mulheres e raparigas interessados em entender os seus direitos; mudanças nas atitudes e crenças resultarão em mudanças nos comportamentos; uma abordagem integrada / multifacetada da prevenção é eficaz para mudar as normas e atitudes sociais  |

|  |            |   |     |     |     |     |  |  |
|--|------------|---|-----|-----|-----|-----|--|--|
| 4.2.2 Nº de líderes locais, incluindo líderes religiosos e matronas com mais conhecimentos sobre formas de abordar práticas socioculturais discriminatórias contra mulheres e raparigas em distritos seleccionados               | 200 (2015) | Relatórios Anuais das Agências da ONU e Parceiros | 300 | 450 | 550 | 600 | Normas sociais prejudiciais profundamente enraizadas resistentes à mudança; Normas, atitudes e crenças tradicionais e religiosas em relação às mulheres e raparigas limitam o envolvimento de líderes do sexo masculino e feminino | Mudanças nas atitudes e crenças resultarão em mudanças nos comportamentos; uma abordagem integrada / multifacetada da prevenção é eficaz para mudar as normas e atitudes sociais   |
| 4.2.3 Nº de organizações da sociedade civil que usam abordagens transformativa de género para lidar com as normas socioculturais discriminatórias e práticas prejudiciais contra mulheres e raparigas em distritos seleccionados | 66         | Relatórios Anuais das Agências da ONU e Parceiros | 90  | 125 | 130 | 150 | Normas sociais prejudiciais profundamente enraizadas resistentes à mudança; Normas, atitudes e crenças tradicionais e religiosas em relação às mulheres e raparigas limitam o envolvimento de líderes do sexo masculino e feminino | Mudanças nas atitudes e crenças resultarão em mudanças nos comportamentos; uma abordagem integrada / multifacetada da prevenção é eficaz para mudar as normas e atitudes sociais. Acrescentar agências nas notas técnicas (OIM, UNESCO, UNICEF, FNUAP, ONU Mulheres) |
| 4.2.4 Nº de órgãos de informação que disseminam de forma constante mensagens transformativas sobre género  | 3          | Relatórios Anuais das Agências da ONU             | 4   | 6   | 8   | 10  | Recursos técnicos e financeiros limitados  | Mudanças nas atitudes e crenças resultarão em mudanças nos comportamentos; uma abordagem integrada / multifacetada da prevenção é eficaz para mudar as normas e atitudes sociais   |
| <b>Produto 4.3: Assistência multisectorial integrada às mulheres e raparigas vítimas de violência baseada no género reforçada</b>  |            |   |     |     |     |     |  |  |
| 4.3.1 Nº de mulheres e raparigas que beneficiam anualmente de assistência integrada de acordo com o Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência   | 0 (2015)   | Relatórios Anuais do MGCAS                        | 44% | 40% | 36% | 32% | Barreiras sociais, culturais e políticas à promoção de mecanismos de defesa positivos para as mulheres e raparigas vítimas de violência / estigma / barreiras culturais impedem que os sobreviventes denunciem                     | Serviços de qualidade aumentarão a confiança das mulheres e raparigas para procurar apoio e acesso aos serviços  |

|   |            |  |      |      |      |      |   |  |
|---|------------|--|------|------|------|------|---|--|
| <b>4.3.2</b> Nº de CAI/ Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança que prestam serviços de acordo com o Mecanismo Multisectorial de Assistência Integrada à Mulher Vítima de Violência | 0 (2015)   | Relatórios Anuais do MGCAS             | 6    | 13   | 21   | 28   | Falta de recursos técnicos e financeiros para melhorar a prestação de serviços  | Serviços de qualidade aumentarão a confiança das mulheres e raparigas para procurar apoio e acesso aos serviços  |
| <b>Produto 4.4: Os dados desagregados por género são recolhidos de forma sistemática analisados e divulgados para a formulação de políticas, planificação, monitoria e avaliação</b>        |            |  |      |      |      |      |   |  |
| <b>4.4.1</b> % do inquérito que incorporam padrões internacionais para dados sobre o género   | 0 % (2015) | Relatórios e inquérito oficiais do INE | 100% | 100% | 100% | 100% | Capacidade institucional, recursos, estruturas de governação limitados e fraco empenho dos sectores inibem o cumprimento cabal das normas mínimas acordadas internacionalmente sobre a abordagem de género das estatísticas | Maior compreensão das normas internacionais sobre dados desagregados por género e capacidades de produção e análise levarão a um aumento gradual da disponibilidade de dados desagregados por género |
| <b>4.4.2:</b> Nº de sectores que usam de forma consistente dados desagregados por género na sua planificação anual  | 0 (2015)   | PESOE/BdPES OE                         | 4    | 6    | 8    | 10   | Capacidade institucional, recursos, estruturas de governação limitados e fraco empenho dos sectores inibem o cumprimento cabal das normas mínimas acordadas internacionalmente sobre a abordagem de género das estatísticas | Vontade política, empenho e recursos dos sectores para produzir, compilar, usar e disseminar, de forma rotineira, dados desagregados por género  |

|  |                             |                       |             |             |             |             |               |                     |
|--|-----------------------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------|---------------------|
| <b>RESULTADO 5: Os pobres e os mais vulneráveis beneficiam de um sistema mais eficaz de protecção social</b> |                             |                       |             |             |             |             |               |                     |
| <b>Contribuindo para:</b><br><b>PQG:</b> Prioridade 2<br><b>ODSs:</b> 1, 2, 5, 10, & 16                      |                             |                       |             |             |             |             |               |                     |
| <b>Indicadores do resultado</b>  | <b>Valor Inicial (2014)</b> | <b>Fonte de Dados</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>Riscos</b> | <b>Pressupostos</b> |

| Indicadores do resultado   | Valor Inicial (2014) | Fonte de Dados                     | 2017           | 2018           | 2019           | 2020           | Riscos   | Pressupostos  |
|--|----------------------|------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--|---|
| <b>5.1 Percentagem dos agregados vivendo em condição de pobreza absoluta</b>   |                      | PQG (IOF)                          | Por actualizar | Por actualizar | Por actualizar | Por actualizar | IOF 2014/2015 não é finalizado a tempo   | IOF 2014/2015 é finalizado a tempo  |
| <b>5.2 Inequalidades (coeficiente de GINI)</b>   |                      | PQG (IOF)                          | Por actualizar | Por actualizar | Por actualizar | Por actualizar | IOF 2014/2015 não é finalizado a tempo   | IOF 2014/2015 é finalizado a tempo  |
| <b>Produto 5.1 O espaço político e fiscal para a Protecção Social aumentado</b>  |                      |                                    |                |                |                |                |  |   |
| <b>5.1.1</b> Percentagem de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza que recebem benefícios da Protecção Social               | 15%                  | Relatórios anuais do INAS e MGCAS  | 18%            | 21%            | 23%            | <b>25%</b>     | Capacidade limitada do INAS para implementar programas de Protecção Social (RH, meios, etc.)   | - Disponibilidade de espaço fiscal do Estado para os programas e planos da Protecção Social<br>- Mecanismos e sistemas de coordenação do sector protecção social existentes e funcionais<br>- Implementação efectiva da nova ENSSB 2015-2024  |
| <b>5.1.2</b> Proporção do total do Orçamento do Estado dedicado aos Programas de Protecção Social                                  | 1.10%                | LOE                                | 1.4            | 1.6            | 1.8            | <b>2%</b>      | As metas da receita orçamental não são cumpridas devido a choques externos na economia moçambicana e/ou espaço fiscal limitado para priorizar o financiamento ao sector social | - Projecções macroeconómicas (FMI, MEF) para o período 2015-2020 não discrepantes com o desempenho real até 2020  |
| <b>Produto 5.2: Os Programas de Protecção Social são implementados de forma transparente e mais eficiente</b>                      |                      |                                    |                |                |                |                |  |   |
| <b>5.2.1</b> Percentagem dos beneficiários de Programas de Protecção Social Básica inscritos e geridos através do novo SGI do INAS | 0%                   | Relatórios anuais do INAS e CEDSIF | 50%            | 80%            | 90%            | <b>100%</b>    | - Capacidade limitada do INAS de implantar / gerir o novo SGI em todas as 30 delegações<br>- Financiamento limitado para implantar o novo SGI em tempo oportuno                | -O novo SGI é implantado de forma efectiva em todas as 30 delegações do INAS e torna-se totalmente operacional em 2016<br>- O pessoal do INAS é treinado em como gerir o novo SGI em 2016   |
| <b>5.2.2</b> Percentagem de distritos que têm assistentes sociais qualificados   | 15%                  | Relatórios anuais do MGCAS         | 25%            | 35%            | 50%            | <b>75%</b>     | A falta de financiamento do orçamento do Estado para os actuais cursos pode ter um impacto negativo, caso o financiamento externo deixe de existir                             | O financiamento externo do UNICEF e dos parceiros de desenvolvimento estará disponível para apoiar a implementação do curso a curto prazo. A contribuição do Estado à implantação dos cursos começará a fluir e a aumentar (2019/2020) à luz do novo Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos que está a ser |



|   |       |                                    |        |        |        |               |  |   |
|---|-------|------------------------------------|--------|--------|--------|---------------|--|---|
|   |       |                                    |        |        |        |               |  | preparado e que deve reflectir o investimento necessário no SWW   |
| <b>Produto 5.3: A inscrição em programas de protecção social melhora o acesso dos grupos vulneráveis aos serviços de saúde, nutrição e educação</b> |       |                                    |        |        |        |               |  |   |
| <b>5.3.1</b> Número de Crianças inscritas em programas de transferencias sociais  | 0     | Relatórios anuais do INAS/MGCAS    | 20,000 | 30,000 | 40,000 | <b>50,000</b> | - Capacidade limitada do INAS de desenhar e operacionalizar programas de transferencias sociais para crianças<br>- Envelope fiscal limitado para implementar transferencias sociais para as crianças | - Aprovada a nova estrategia de segurança social básica incluindo programas de transferencias sociais beneficiando crianças<br>- São estabelecidas ligações efectivas com os serviços de saúde              |
| <b>5.3.2</b> Percentagem de beneficiários dos Programas de Protecção Social provistos de "cartão de assistência social"                             | 0     | MISAU, INAS                        | 20     | 50     | 80     | <b>100</b>    | Implementação limitada do "Cartão de assistência Social"   | O "Cartão de assistência Social" é operacionalizado a nível nacional e todos os beneficiários dos Programas do INAS recebem o seu próprio Cartão para garantir o acesso gratuito a outros serviços          |
| <b>5.3.3</b> assistance initiatives<br>Numeros de refugiados e deslocados inscritos em iniciativas de assistência social.                           | TBD   | Relatorio do INAR                  |        | TBD    | TBD    | <b>TBD</b>    | Capacidade limitada do INAR de coordenar programas de assistência social   | Valores estimados com base na população actual de refugiados e sujeitos a alterações em caso de um fluxo inesperado da população de refugiados.<br><br>-  |
| <b>Produto 5.4: Os programas e serviços sociais abordam efectivamente a exclusão social, a violência, o abuso, a negligência e a exploração</b>     |       |                                    |        |        |        |               |  |   |
| <b>5.4.1</b> Número de crianças sem cuidados parentais colocadas em cuidados alternativos formalizados (famílias adoptivas)                         | 2,142 | Relatórios anuais do MGCAS, MINJUS | 3,000  | 4,000  | 5,000  | <b>6,000</b>  | Disponibilidade de dados do MGCAS e dos Tribunais  | O MGCAS consolida um sistema de gestão de informação que permite a rápida identificação de crianças necessitadas e famílias para adopção; o MGCAS deve monitorizar as instituições de cuidados residenciais |

|  |       |                                |       |       |        |               |   |  |
|--|-------|--------------------------------|-------|-------|--------|---------------|---|--|
| <b>5.4.2</b> Número de pessoas que recebem apoio em Unidades Sociais   | 6,392 | Relatórios do MGCAS, INAS, PQG | 7,089 | 7,528 | 7,832  | <b>8,416</b>  | Recursos fiscais / humanos limitados alocados às Unidades Sociais<br>Disseminação limitada dos direitos e serviços disponíveis para a população moçambicana   | As Unidades Sociais estão operativas em todo o país e são alocados recursos humanos e fiscais para o seu funcionamento   |
| <b>5.4.3</b> Número de casos notificados de violência / abuso que recebem apoio psicossocial, médico e legal | 6,000 | MGCAS, MINT (PQG)              | 9,000 | 9,500 | 10,000 | <b>10,500</b> | Ferramenta real de colecta de dados das vítimas de violência não inclui os tipos de vulnerabilidades;<br>Disseminação limitada do mecanismo e cultura do silêncio<br>Disseminação limitada dos direitos e serviços disponíveis para a população moçambicana | Inclusão de outros grupos vulneráveis nas ferramentas do mecanismo integrado existente de assistência às vítimas de violência (inclui também pessoas idosas). O mecanismo integrado é bem conhecido e está operacional a todos os níveis |

## Resultado 6: Pessoas têm acesso e usam equitativamente serviços de saúde, água e saneamento de qualidade

### Contribuindo para:

**PQG:** Prioridades 2

**ODSs:** 1, 2, 3, 5, 6, 10, & 11

| Indicadores (alinhados com os Planos Nacionais)  | Valor Inicial (ano)              | Fonte de Dados        | 2017 | 2018 | 2019                     | 2020                     | Riscos   | Pressupostos   |
|--|----------------------------------|-----------------------|------|------|--------------------------|--------------------------|--|--|
| 6.1 % de pessoas que usam instalações de abastecimento de água seguras e sustentáveis nas zonas rurais e urbanas | Rural- 52%;<br>urbana-85% (2014) | Inquéritos familiares |      |      | Rural-75%;<br>urbana-90% | Rural-75%;<br>urbana-90% | Capacidade limitada dos parceiros; calamidades; qualquer acção que possa prejudicar a sustentabilidade e a segurança das intervenções. | Existência de uma descentralização efectiva, com mais recursos e capacidades a nível distrital, municipal, provincial; forte apropriação pelo governo dos programas de água e saneamento |
| 6.2. % de pessoas que usam instalações de saneamento seguras e sustentáveis nas zonas rurais e urbanas           | Rural-15%;<br>urbana-50% (2014)  | Inquéritos familiares |      |      | Rural-50%;<br>urbana-80% | Rural-50%;<br>urbana-80% |  |  |

|   |              |                        |                                  |                                  |                                  |                                   |  |   |
|---|--------------|------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|--|---|
| 6.3. Rácio de Mortalidade Materna Institucional (por 100.000)   | 130 (2014)   | SGIS                   | 110                              | 100                              | 90                               | 80                                | Baixa qualidade de dados. Escassez de força de trabalho de obstetrícia em termos de quantidade e de qualidade do pessoal. Fraca motivação e desempenho dos RH. Condições de trabalho difíceis nas maternidades (escassez de medicamentos, equipamento, ambulâncias). Apoio limitado às mulheres nas comunidades para terem acesso às maternidades. | Distribuição suficiente e equitativa da força de trabalho de obstetrícia. Disponibilidade de medicamentos essenciais a nível das unidades sanitárias. Melhoria do registo de dados e notificação, incluindo a causa da morte.   |
| 6.4. Taxa de Prevalência de Contraceptivos  | 11.3% (2011) | IDS                    | 27%                              | 29%                              | 30%                              | 34%                               | Factores socioculturais e de género contribuem para a baixa procura de serviços de contracepção. Rotura de stocks de contraceptivos.   | Serviços de contracepção disponíveis a nível comunitário e integrados em todas as actividades de prestação de serviços de saúde a nível das unidades sanitárias. A SDRS / SDSRA continua a ser uma prioridade para o sector da saúde. Comunicação adequada para impacto no comportamento. |
| <b>Produto 6.1: As pessoas em zonas rurais e peri-urbanas específicas têm serviços de abastecimento de água e saneamento sustentáveis e seguros</b> |              |                        |                                  |                                  |                                  |                                   |  |   |
| 6.1.1. # de novos utilizadores de fontes de água potável melhoradas (Zona Urbana/Rural)   | 0            | Relatórios do Projecto | Rural: 50,000<br>urbana: 0       | Rural: 100,000<br>urbana: 0      | Rural: 200,000<br>urbana: 50,000 | Rural: 300,000<br>urbana: 100,000 | Capacidade limitada dos parceiros; calamidades; qualquer acção que possa prejudicar a sustentabilidade e a segurança das intervenções.   | Existência de uma descentralização efectiva, com mais recursos e capacidades a nível distrital, municipal, provincial; forte apropriação pelo governo dos programas de água e saneamento  |
| 6.1.2. # de novos utilizadores com instalações de saneamento melhoradas (Zona Urbana/Rural)   | 0            | Relatórios do Projecto | Rural: 100,000<br>urbana: 25,000 | Rural: 200,000<br>urbana: 50,000 | Rural: 350,000<br>urbana: 75,000 | Rural: 500,000<br>urbana: 100,000 |  |   |
| 6.1.3. # de escolas com instalações de abastecimento de água e saneamento construídas (novas)   | 0            | Relatórios do projecto | 50                               | 100                              | 150                              | 200                               | É difícil conhecer a cobertura de água e saneamento nas escolas porque não é monitorizada  |   |

|  |   |                                     |                                   |                                   |                                   |                                   |  |   |
|--|---|-------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--|---|
| 6.1.4 % de comunidades livres do feccalismo a céu aberto (Rural)   | 10% (2014)  | Relatório de avaliação nacional ODF | 15%                               | 25%                               | 35%                               | 50%                               | Normas sociais frágeis de ODF levam à perda do estatuto de livre de feccalismo a céu aberto  | Coordenação, liderança e empenho do país na eliminação do feccalismo a céu aberto   |
| <b>Produto 6.2: Maior procura e acesso a serviços integrados de SSR e de saúde neonatal de qualidade</b>                     |   |                                     |                                   |                                   |                                   |                                   |  |   |
| 6.2.1. % de novos utilizadores dos métodos de PF   | 28% (2014)  | SGIS                                | 31%                               | 32%                               | 33%                               | 34%                               | Qualidade dos dados. Novos utilizadores não são novos para sempre, mas sim ao longo de um determinado período de tempo (geralmente um ano)                     |   |
| 6.2.2 % de mulheres grávidas com pelo menos 4 consultas pré-natais   | 51% (2011)  | IDS                                 | 60%                               | 70%                               | 80%                               | 80%                               | Desafios na utilização de novos registos e mapas mensais de síntese a nível da unidade sanitária (a partir do ano de 2016)                                     |   |
| 6.2.3 Número de Unidades Sanitárias com Cuidados Obstétricos Básicos de Emergência   | 68 (2012)   | Inquérito                           | 110                               | 152                               | 194                               | 236                               |  |   |
| 6.2.4 % de recém-nascidos avaliados nos Cuidados Pós-Natais nos primeiros 2 dias de vida em províncias seleccionadas         | Cabo Delgado: 10.8% (2003)<br>Sofala: 8.2% (2003) | IDS                                 | Cabo Delgado : 25%<br>Sofala: 15% | Cabo Delgado : 40%<br>Sofala: 40% | Cabo Delgado: 60%<br>Sofala : 60% | Cabo Delgado : 80%<br>Sofala: 80% |  |   |
| <b>Produto 6.3: Maior procura e acesso a serviços integrados de saúde infantil e nutricionais de qualidade</b>               |   |                                     |                                   |                                   |                                   |                                   |  |   |
| 6.3.1 Crianças com vacinação completa  | 82% (2014)  | SGIS                                | 90%                               | 92%                               | 94%                               | 94%                               | Qualidade dos dados. Desafios no registo e notificação do numerador, bem como na definição do denominador (actualmente com base na projecção do Censo de 2007) | Melhores estimativas do denominador depois do Censo de 2017. Melhor qualidade no registo e notificação do numerador através de avaliações de qualidade de dados (DQA) |
| 6.3.2 % de crianças menores de 5 anos com diarreia tratadas com sais de reidratação oral e zinco em províncias seleccionadas | Cabo Delgado: 25% (2011)<br>Sofala: 73.6% (2011)  | IDS                                 | Cabo Delgado : 50%<br>Sofala: 75% | Cabo Delgado : 60%<br>Sofala: 80% | Cabo Delgado: 80%<br>Sofala : 85% | Cabo Delgado : 90%<br>Sofala: 90% | Desafios na utilização de novos registos e mapas mensais de síntese a nível da unidade sanitária (a partir do ano de 2016)                                     |   |

|   |  |   |                                   |                                   |                                   |                                   |  |  |
|---|--|---|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|--|--|
| 6.3.3 % de crianças menores de 5 anos com pneumonia tratadas com AB em províncias seleccionadas   | Cabo Delgado: 13.4% (2008)<br>Sofala: 33.5% (2008)                           | MICS  | Cabo Delgado : 40%<br>Sofala: 40% | Cabo Delgado : 45%<br>Sofala: 45% | Cabo Delgado: 50%<br>Sofala : 50% | Cabo Delgado : 60%<br>Sofala: 60% |  |  |
| 6.3.4 Taxa de Cura Institucional da AMN   | 62%  | Relatórios do Programa                                | 75%                               | 78%                               | 80%                               | 82%                               | Qualidade dos dados. Desafios no registo e notificação de dados ao nível do programa.  |  |
| <b>Produto 6.4: Normas e práticas de prevenção, diagnóstico, tratamento e vigilância do HIV, TB e Malária melhoradas</b>  |  |   |                                   |                                   |                                   |                                   |  |  |
| 6.4.1 % de mulheres grávidas HIV+ que receberam ARV nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para filho                         | 87% (2014)   | SGIS  | 90%                               | 90%                               | 90%                               | 90%                               |  |  |
| 6.4.2 % de adultos e crianças retidos no TARV após 12 meses para contribuir para as metas 90-90-90  | 66.9% (crianças: 69%;<br>adultos: 66.7%;<br>mulheres grávidas: 48.1%) (2014) | Relatório Anual do Programa de ITS e HIV              | 80%                               | 80%                               | 80%                               | 80%                               |  |  |
| 6.4.3 % de distritos que habitualmente notificam indicadores-chave da malária   | 48% (2014)   | Relatório do Programa Nacional de Controlo da Malária | 60%                               | 70%                               | 80%                               | 90%                               | A notificação de dados de rotina sobre os resultados de slides / testes rápidos de momento não está desagregada por distrito.      |  |
| 6.4.4 Percentagem de casos notificados de TB em crianças (< 15 anos)  | 10% (2014)   | Relatórios do Programa                                | 10%                               | 15%                               | 20%                               | 25%                               | A confirmação bacteriológica continua a ser um grande problema, já que apenas 12% da TB infantil é confirmada bacteriologicamente. | O rastreio da TB é feito em todos os departamentos ambulatórios, incluindo a saúde materno-infantil. A busca activa de casos é feita durante as campanhas nacionais da mãe e da criança (2 vezes por ano, em todo o país) e em campanhas de sensibilização |
| <b>Produto 6.5: Quadro de políticas fiscais e legislativas intersectoriais para acção contra factores de risco de doenças não transmissíveis (DNT) adoptado</b> |  |   |                                   |                                   |                                   |                                   |  |  |

|   |  |                        |  |   |   |   |  |  |
|---|--|------------------------|--|---|---|---|--|--|
| 6.5.1 Ratificação da Convenção-Quadro da OMS para o Controlo do Tabaco (FCTC)   | FCTC da OMS não ratificada (2014)  | OMS                    | n/a  | n/a   | n/a   | FCTC OMS Ratificada                         | Moçambique não ratificou a Convenção-Quadro da OMS para o Controlo do Tabaco e mostra fragilidades na implementação da legislação sobre o consumo de álcool, fragilidades sobre o envolvimento da comunidade em áreas críticas da promoção de estilos de vida saudáveis e uma escassez crítica de recursos humanos qualificados com competências especializadas em doenças não transmissíveis. | A magnitude das DNT, os seus impactos socioeconómicos e de desenvolvimento e, em particular, a sua natureza multissetorial, conferem ao sistema das Nações Unidas uma vantagem comparativa significativa para apoiar o Governo, uma vez que a maioria destas mortes prematuras por doenças não transmissíveis é evitável se se influenciarem as políticas do sector público em áreas fora da saúde que abordem factores de risco comuns. |
| 6.5.2 Lei da comercialização e disponibilidade do álcool aprovada   | Lei da comercialização do álcool não aprovada (2014)                     | OMS                    | Lei da comercialização do álcool aprovada              | n/a   | n/a   | n/a   |  |  |
| 6.5.3 # de directrizes para o manejo de doenças cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias crónicas e cancro aprovadas e divulgadas por todas as Unidades Sanitárias (US)                        | 2- cancro e diabetes (2014)  | Relatórios do Programa | 2  | 2   | 3   | 4   |  |  |
| 6.5.4 Vacina contra o HPV incluída no programa de vacinação de rotina   | Vacina contra HPV não incluída no programa de vacinação de rotina (2014) | OMS                    | Vacina HPV incluída no programa de vacinação de rotina | n/a   | n/a   | n/a   |  |  |
| <b>Produto 6.6: As políticas de saúde e de financiamento, a produção e uso de dados, a força de trabalho da comunidade e de obstetrícia, a segurança de produtos do sistema de saúde são reforçados</b> |  |                        |  |   |   |   |  |  |
| 6.6.1 % de despesas de saúde seleccionadas cobertas pelo Orçamento do Estado  | Contraceptivos: 0<br>ARV: 0<br>APE: 0                                    | CMAM e programa de APE | Contraceptivos: 10%<br>ARV: 10%<br>APE: 5%             | Contraceptivos: 11%<br>ARV: 11%<br>APE: 10% | Contraceptivos: 12%<br>ARV: 12%<br>APE: 15% | Contraceptivos: TBD<br>ARV: TBD<br>APE: 20% |  | Aumento do financiamento do governo para contraceptivos, ARV e acompanhamento de perto dos compromissos internacionais de SSR relevantes assumidos por Moçambique  |

|  |                                  |                        |                              |                              |                              |                              |  |  |
|--|----------------------------------|------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|--|--|
| <b>6.6.2</b> % de unidades sanitárias sem rotura de stocks dos 7 produtos essenciais             | 59% (2014)                       | Inquérito              | 65.50%                       | 72%                          | 78.5%                        | 85%                          |  |  |
| <b>6.6.3</b> % de Mortes Maternas e Neonatais Institucionais e as respectivas causas notificadas | Maternas: 5%; Neonatal: 0 (2014) | SGIS                   | Maternas: 20%; Neonatal: 20% | Maternas: 40%; Neonatal: 40% | Maternas: 60%; Neonatal: 60% | Maternas: 80%; Neonatal: 80% |  |  |
| <b>6.6.4</b> Proporção de APE que trabalham nas comunidades (em relação ao total necessário)     | 45,75% (2014)                    | Relatórios do Programa | 60%                          | 80%                          | 90%                          | 100%                         |  |  |

## RESULTADO 7: Adolescentes e jovens envolvidos activamente em decisões que afectam as suas vidas, saúde, bem-estar e desenvolvimento de oportunidades

**Contribuindo para:**  
**PQG:** Prioridade 2  
**ODSs:** 1, 3, 8, & 10

| Indicadores de resultados   | Valor Inicial (ano) | Fonte de dados | 2017 | 2018 | 2019 | 2020         | Riscos   | Pressupostos   |
|---|---------------------|----------------|------|------|------|--------------|--|--|
| <b>7.1:</b> Taxa de fecundidade do adolescente (nascimentos por 1.000 mulheres dos 15-19 anos)                      | 167                 | Censo          | 167  | 163  | 160  | 148          | Produtos de PF não estão a chegar às zonas remotas / rurais              | Necessidades de PF totalmente satisfeitas  |
| <b>7.2:</b> % A/J (15-24 anos) que fizeram o teste do HIV nos últimos 12 meses que receberam resultados (IDS, 2011) | Mulheres: 25.7      | IDS            |      | 37.5 |      | Mulheres: 40 | O estigma e a discriminação ainda influenciam a vontade de fazer o teste | Os serviços de testagem do HIV devem ser oferecidos aos adolescentes e jovens em contextos amigos dos jovens |
|   | Homens: 11.4        |                |      | 25.8 |      | Homens: 30   | O estigma e a discriminação ainda influenciam a vontade de fazer o teste | Os serviços de testagem do HIV devem ser oferecidos aos adolescentes e jovens em contextos amigos dos jovens |

|   |  |   |   |   |    |                                     |  |  |
|---|--|---|---|---|----|-------------------------------------|--|--|
| <b>7.3:</b> % de mulheres e homens dos 15-24 anos que tiveram mais do que um parceiro nos últimos 12 meses que usaram o preservativo durante a última relação sexual  | Mulheres: 38.3<br>Homens: 40.8                     | IDS   |   | Mulheres:<br>50.3<br>Homens: 52           |    | Mulheres: 53<br>Homens: 56          | Falta de disponibilidade de preservativos, falta de coordenação a nível do NAC em termos de intervenções de SBCC | O próximo IDS é realizado antes de 2019. Prevê-se que o uso do preservativo numa relação de múltiplos parceiros aumente em 40% |
| <b>7.4:</b> Taxa de prevalência de contraceção moderna em mulheres dos 15 aos 24 anos   | 15-19 anos:<br>8% 20-24<br>anos: 15%<br>(IDS 2011) | IDS   |   | 15-19 anos:<br>14 20-<br>24 anos:<br>26.7 |    | 15-19 anos:<br>16 20-24<br>anos: 30 | Disponibilidade limitada de produtos contraceptivos e acesso limitado ao nível das comunidades                   | Disponibilidade de uma estratégia de comunicação adaptada ao grupo alvo  |
| <b>Produto 7.1: Capacidade nacional para implementar políticas e estratégias baseadas em evidências com vista a aproveitar o Dividendo Demográfico reforçada</b>  |  |   |   |   |    |                                     |  |  |
| <b>7.1.1</b> # de planos operacionais anuais sectoriais fundamentais (Educação, Saúde, Trabalho, Economia e Finanças, Juventude) que abordam a dinâmica de população ao incluir tendências de população na definição das metas de desenvolvimento | 0  | Planos anuais do MEF                                    | 1 | 2   | 3  | 5                                   | Coordenação e liderança do GdM limitada na integração de DD  | Manter a gestão da população como uma prioridade fundamental do desenvolvimento sustentável                                    |
| <b>Produto 7.2: Capacidade dos Adolescentes e Jovens reforçada para participarem activamente no desenvolvimento económico, social, cultural e político</b>  |  |   |   |   |    |                                     |  |  |
| <b>7.2.1</b> # organizações do adolescente e de jovens activamente envolvidas na prevenção do casamento prematuro e do abuso sexual   | 4  | Relatório do CNJ  | 5 | 10  | 15 | 20                                  | Possível atraso na obtenção de informação das organizações juvenis   | O CNJ está bem informado sobre o plano de trabalho e a implementação de organizações associadas                                |
| <b>7.2.2</b> # de associações de A/J que participam em observatórios de desenvolvimento anual   | 2  | Relatório do Observatório Provincial de Desenvolvimento | 3 | 4   | 5  | 5                                   | Acesso limitado aos fóruns de tomada de  | Capacidade adequada de fornecer intervenções salutareis nos fóruns   |



|  |  |                   |  |           |           |  |  |   |
|--|--|-------------------|--|-----------|-----------|--|--|---|
| em províncias seleccionadas  |  |                   |  |           |           |  | decisões a nível provincial  |   |
| <b>7.2.3</b> Rede Interagências da ONU para o Desenvolvimento da Juventude (UN-IANYS) criada e funcional                     | N  | Relatórios da ONU | Sim: criada                                    | funcional | funcional | funcional                                      | A coordenação das questões da juventude entre os novos resultados do UNDAF não é priorizada              | As agências da ONU têm um ponto focal para a juventude  |
| <b>Produto 7.3: Aumento da procura de acesso de qualidade aos programas de SSRA e de prevenção do HIV</b>                    |  |                   |  |           |           |  |  |   |
| <b>7.3.1</b> % de novos utilizadores de métodos de PF modernos de 15-24 anos   | Os dados estarão disponíveis em 2016 com a introdução de novos registos de SMI | SIS (MISAU)       | Metas anuais serão definidas em meados de 2016 |           |           | Metas anuais serão definidas em meados de 2016 | Implementação do novo sistema retardada  | O novo sistema de informação reflecte dados desagregados por idade                                    |
| <b>7.3.2</b> # de regulamentos de leis existentes que abordam todas as formas de discriminação relacionadas com o HIV e SIDA | 0  | Relatório do CNCS | 1  | 2         | 3         | 4  | CNCS sem informação actualizada. Algumas OBC não estão registadas informalmente                          | Governo disposto a apoiar e empenhado nos assuntos da juventude                                       |
| <b>7.3.3</b> # de planos sectoriais fundamentais operacionalizados em conformidade com o PEN IV                              | 0  | Relatório do CNCS | 1  | 2         | 4         | 5  | O sistema de planos sectoriais é desenvolvido para o acompanhamento da implementação sectorial           | Os sistemas de monitoria do PEN IV são desenvolvidos para o acompanhamento da implementação sectorial |
| <b>7.3.4:</b> Nº de planos operacionais de HIV respondendo à violência baseada no género.                                    | Avaliação de Género (2016)   |                   | 6  | 8         | 12        | 12   | O Conselho Nacional de Combate ao SIDA tem fraca capacidade de comunicação para o diálogo com o fórum de | Prioridade para a prevenção de violência baseada no género e HIV em raparigas no PEN IV               |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  | <p>parceiros.<br/>O Conselho Nacional de Combate ao SIDA e o Ministério de Género, Criança e da Acção Social sem informação actualizada sobre parceiros de HIV e SIDA.</p> <p>Governo sem um mapeamento e base de dados sobre as organizações da sociedade civil que trabalham em diferentes áreas.</p> <p>Algumas organizações de base não estão registadas</p> |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

**RESULTADO DA AREA 3: PAZ**

| <b>RESULTADO 8: Todas as pessoas beneficiam das instituições e sistemas de governação democrática e transparente que garantem a consolidação da paz, dos direitos humanos e uma prestação de serviços equitativa</b> |                     |                |      |      |      |      |        |              |
|--|---------------------|----------------|------|------|------|------|--------|--------------|
| <b>Contribuindo para:</b>  |                     |                |      |      |      |      |        |              |
| PQG: Prioridade 1 and Pilar I  |                     |                |      |      |      |      |        |              |
| ODSs: 16 & 17  |                     |                |      |      |      |      |        |              |
| Indicadores de resultados  | Valor Inicial (ano) | Fonte de Dados | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Riscos | Pressupostos |

|   |                      |  |   |                              |  |  |  |   |
|---|----------------------|--|---|------------------------------|--|--|--|---|
| 8.1 % de afluência às urnas nas eleições gerais desagregada por sexo  | 48,84% (2014)        | Relatórios da CNE  | N.A.  | N.a                          | 58%                                      | N.a                                      | Conflitos eleitorais não resolvidos conducentes à violência eleitoral  | A confiança no profissionalismo dos órgãos de gestão eleitoral permanece elevada  |
| 8.2 % das recomendações do Plano de Acção da UPR 2016-2020 implementadas                                    | 49% (2013) -         | Revisão de Meio-termo, implementação do Plano de Acção da UPR (2018) e relatório final de execução do Plano de Acção da UPR (2020) | N.A.  | 55%                          | N.A.                                     | 100%                                     | Ganhos de contribuições de grandes multinacionais atraem o efeito de exclusão nas aspirações das pessoas       | O Governo está empenhado em ratificar a Convenção adicional dos Direitos Humanos para aumentar o seu prestígio  |
| 8.3 % do Orçamento do Estado alocado para intervenções de redução da pobreza                                | 55% (2015)           | GdM  | 56%   | 57%                          | 58%                                      | 60%                                      | A criação de riqueza por quaisquer meios ganha terreno   | O Governo continua orientado para a redução da pobreza  |
| 8.4 Índice do Orçamento do Estado   | 38                   | Parceria Internacional de Apoio ao Orçamento   | 39  | 40                           | 41                                       | 42                                       | A concorrência desleal leva à captura do Estado até um ponto considerável                                      | A vontade política de implementar políticas e estratégias anticorrupção é grande  |
| <b>Produto 8.1 Actores e mecanismos que promovem a cultura d paz e o diálogo reforçados</b>                 |                      |  |   |                              |  |  |  |   |
| 8.1.1 Guia de referência da coesão social e da cultura da paz aprovado e usado                              | 0 (2015)             | Relatórios anuais do projecto de coesão social   | Por definir                                   | Por definir                  | Por definir                              | Por definir                              | A regressão e a violência podem ser institucionalizadas e impossibilitar o diálogo genuíno                     | Os pedidos de financiamento das iniciativas de capacitação para suprir as lacunas de conhecimentos continuam a aumentar à medida que as pessoas se apercebem que o diálogo compensa                       |
| 8.1.2 Número de instituições e de OSC criadas e a promoverem programas de coesão social e de cultura da paz | 1 (Fundo para a Paz) | Relatórios anuais do projecto de coesão social   | 2 (Órgão de Assessoria + Unidade de Pesquisa) | 3 (Comités Regionais da Paz) | Por definir (Comités Provinciais da Paz) | Por definir (Comités Provinciais da Paz) | As intervenções de defesa e segurança podem ser vistas como as únicas ferramentas para garantir a estabilidade | As iniciativas de coesão social e de construção da paz são vistas como ferramentas eficazes para fazer face à tensão política e à instabilidade e as intervenções nesta área continuarão a ser promovidas |

|   |            |   |             |     |     |     |  |  |
|---|------------|---|-------------|-----|-----|-----|--|--|
|   |            |   | isa da Paz) |     |     |     |  |  |
| <b>8.1.3</b> % de recomendações do Observatório do Desenvolvimento sobre a paz acordadas em fóruns de diálogo formais implementadas                                     | 0 (2015)   | Relatórios do Observatório de Desenvolvimento; Relatórios do PES e do Orçamento do Estado | 10          | 20  | 30  | 40  | Silêncio em relação ao uso abusivo da violência pode tornar-se um encorajamento                          | O envolvimento da sociedade civil e a defesa da paz continuam a aumentar                                       |
| <b>Produto 8.2: Instituições e processos democráticos reforçados para melhorar a responsabilização, a elaboração de legislação, representação e participação cívica</b> |            |   |             |     |     |     |  |  |
| <b>8.2.1</b> # de fóruns públicos resultantes da assistência da ONU em que os Deputados interagem com o público   | 1 (2014)   | Relatório Anual do Parlamento   | 2           | 2   | 2   | 1   | A legitimidade ganha através dos resultados eleitorais pode encorajar a abordagem "o vencedor leva tudo" | As vezes que apelam ao fortalecimento das culturas democráticas são tomadas em consideração por todos os lados |
| <b>8.2.2</b> Percentagem de funcionários do STAE capacitados para uma maior responsabilização dos órgãos de gestão eleitoral ao lidar com as reclamações eleitorais     | 0 (2014)   | Relatórios anuais do STAE   | 40          | 30  | 30  | 15  | A lealdade partidária pode obstruir o profissionalismo   | Os membros do EMB estão dispostos a adquirir e a comportar-se com um maior grau de profissionalismo            |
| <b>8.2.3</b> Número de distritos abrangidos por iniciativas de educação cívica eleitoral permanente   | 33 (2014)  | Relatórios anuais do STAE   | 40          | 40  | 35  | 10  | O foco na instabilidade pode continuar se as causas do conflito não forem devidamente abordadas          | Financiamento e planificação adequados das iniciativas de educação cívica                                      |
| <b>8.2.4</b> % de mulheres que participam em Conselhos Consultivos Distritais em distritos seleccionados  | 30% (2014) | Relatórios do MEF/MAEPF (SMODD)   | 33%         | 35% | 38% | 40% | A percepção do Estado partidário e orientado para a exclusão pode continuar                              | A legislação, o plano e a estratégia de descentralização serão implementados na íntegra                        |

|   |                    |   |             |             |             |             |   |  |
|---|--------------------|---|-------------|-------------|-------------|-------------|---|--|
| 8.2.5 Percentagem de Deputados com mais conhecimentos sobre habilidades essenciais de boa governação  | Por definir        | Relatórios do Parlamento; Relatórios de Agências                                      | Por definir | Por definir | Por definir | Por definir |   |  |
| <b>Produto 8.3: Processo de descentralização e sistemas de governação local fortalecidos para melhorar a prestação de serviços</b>  |                    |   |             |             |             |             |   |  |
| 8.3.1 % de distritos que aumentam a taxa média de desempenho de acordo com o índice do SMODD  | 2015 (por definir) | MAEFP/SMODD   | 3,58        | 3,72        | 3,86        | 4           | A instabilidade política pode afectar a implementação de programas; mudança de prioridades do novo governo; menor compromisso e dotações orçamentais para a melhoria da prestação de serviços a nível local | Compromisso com uma melhor prestação de serviços; os titulares de direitos aumentaram a consciência democrática; processo contínuo de descentralização progressiva a longo prazo                     |
| 8.3.2 % das recomendações da sociedade civil acordadas em fóruns de diálogo formal implementadas pelos governos locais em províncias e distritos seleccionados                  | 10% (2015)         | Relatórios do CS provincial CCL/OD/MAE/MEF CS e do PEP, PESOP, PEDD, PESOD do governo | 15          | 20          | 35          | 50          | Pode haver fadiga das OSC no caso de persistir um grau limitado de adopção das suas recomendações nos principais instrumentos de planificação   | O processo de planificação participativa continua a ser mantido, com planificação adequada, disponibilidade de documentos de informação e encorajamento das OSC                                      |
| 8.3.3 % de distritos em províncias seleccionadas que submetem atempadamente as suas contas de gestão anuais ao Tribunal Administrativo em cumprimento das directivas relevantes | (tbc) 2015         | Relatórios do MAEFP/MEF/PEP, PESOP, PEDD, PESO  | 70          | 80          | 90          | 100         | A instabilidade política pode afectar a implementação de programas; mudança de prioridades do novo governo; menor compromisso e dotações orçamentais para a melhoria da prestação de serviços a nível local | Compromisso com uma melhor responsabilização e prestação de serviços; os titulares de direitos aumentaram a consciência democrática; processo contínuo de descentralização progressiva a longo prazo |
| 8.3.4 Nº de mulheres em distritos seleccionados que aproveitam as oportunidades de negócios em resposta a um ambiente de  | 713                | Relatórios do MITADER/DNDR  | 262         | 313         | 369         | 434         | As mulheres podem ser vítimas de marginalização, uma vez que o desenvolvimento pode deixar de ter prioridade comparativamente à defesa e segurança  | O governo continuará a incentivar a participação das mulheres em cargos de tomada de decisões a todos os níveis  |

|  |                       |                                       |                |                |         |         |   |   |
|--|-----------------------|---------------------------------------|----------------|----------------|---------|---------|---|---|
| negócios favorável e sensível ao género  |                       |                                       |                |                |         |         |   |   |
| <b>Produto 8.4: Acesso equitativo aos serviços da justiça e quadro dos direitos humanos fortalecido</b>                |                       |                                       |                |                |         |         |   |   |
| <b>8.4.1</b> # de pessoas assistidas pelo IPAJ   | 138,021               | Relatório Anual do IPAJ               | 196,847        | 214,957        | 231,939 | 250,000 | Os recursos podem ser desviados para a defesa e segurança se o diálogo político não conseguir produzir resultados positivos   | Os recursos orçamentais e humanos do IPAJ devem ser cada vez mais abordados com o crescimento da economia   |
| <b>8.4.2</b> # de instrumentos dos Direitos Humanos ratificados que são adaptados                                      | 7                     | Boletim da República/Relatório da UPR | 1              | 2              | 2       | 2       | Situação política crítica que desvia as atenções para questões de protecção e segurança. A repressão e a violência podem ser institucionalizados e impossibilitar o diálogo genuíno | Os Deputados e os membros do Conselho de Ministros a favor da aprovação. A boa governação continuará a estar na vanguarda das prioridades das autoridades a todos os níveis |
| <b>8.4.3</b> % de actos de registo civil ligados ao sistema de estatísticas vitais (CRVS)<br>Nascimentos<br><br>Obitos | 48% (2011)<br><br>13% | CRVS                                  | 60%<br><br>TBD | 65%<br><br>TBD | 70%     | 75%     | Implantação oportuna do sistema de CRVS pelo governo e revisão do quadro legal  | O sistema de eCRVS aumentará o número de registos civis. A população irá aderir ao novo sistema de registo civil  |

## RESULTADO DA AREA 4: PLANETA

### RESULTADO 9: As pessoas mais vulneráveis de Moçambique beneficiam de uma gestão inclusiva, equitativa e sustentável dos recursos naturais e ambiente

#### Contribuindo para:

PQG: Prioridade 5

ODSs: 1, 7, 8, 9, 11, 12, 14, & 15

| Indicadores dos resultados  | Valor Inicial (ano) | Fonte de Dados | 2017  | 2018   | 2019   | 2020   | Riscos  | Pressupostos  |
|---|---------------------|----------------|-------|--------|--------|--------|---|---|
| 9.1: Número de planos de uso da terra provinciais preparados e implementados (cumulativo) | 4 (2014)            | PES, BdPES     | 6     | 8      | 10     | 11     | Capacidade limitada de fazer cumprir a implementação  | O actual quadro de políticas, jurídico e institucional deve ser ajustado. As iniciativas em curso do GdM apoiadas pela ONU e parceiros irão fortalecer o quadro |
| 9.2: Número de comunidades delimitadas e certificadas                                     | 92 (2014)           | PES, BdPES     | 150   | 165    | 200    | 215    | Processo de reassentamento e outros conflitos de terras actualmente prejudicam os direitos das comunidades locais | O Programa TERRA SEGURA garante planos de atribuição sensíveis ao género para as pessoas mais vulneráveis no seio das comunidades                               |
| 9.3: Número de planos de adaptação locais preparados (cumulativo)                         | 0 (2014)            | PES, BdPES     | 30    | 35     | 40     | 45     | Falta de capacidades e recursos para implementar  | O país está comprometido com a importância de ter planos descentralizados a nível local que integrem AC para melhor fazer face aos seus impactos                |
| 9.4: Número de manadas de animais bravios (aumento de 10% do número de elefantes)         | 20,000              | PES, BdPES     | 2,000 | 2,1000 | 22,000 | 23,000 | Falta de investimento para incentivar uma melhor supervisão e apropriação   | O número de elefantes está a reduzir  |

**Produto 9.1: Governação dos recursos naturais e ambiente melhorada de forma transparente, inclusiva e sensível ao género**

|  |                  |  |        |        |        |        |   |   |
|--|------------------|--|--------|--------|--------|--------|---|---|
| <b>9.1.1</b> Número de instrumentos jurídicos e políticos novos e revistos sobre Recursos Naturais e Ambiente (cumulativo)   | 5 (2015)         | Relatórios Anuais do UNDAF   | 6      | 8      | 10     | 10     | Capacidade limitada de fazer cumprir a implementação  | O actual quadro de políticas, jurídico e institucional não está ajustado aos cenários nacionais e internacionais reais    |
| <b>9.1.2</b> Número de mecanismos funcionais para as consultas dos intervenientes sobre Recursos Naturais e Ambiente   | 2 (2015)         | Relatório anual do programa MAB/UNESCO, PES, BdPES                           | 3      | 3      | 4      | 4      | Indisponibilidade de recursos e de envolvimento dos principais intervenientes                           | O país está comprometido com a importância de envolver todos os intervenientes na governação dos RN                       |
| <b>9.1.3</b> Número de relatórios de pesquisa sobre o meio ambiente, terra, alterações climáticas e gestão dos recursos naturais que são sensíveis ao género                           | 0                | Relatórios de ministérios relevantes (vide narrativa, ONG e Agências da ONU) | 1      | 1      | 2      | 2      | Nem todas as quatro áreas estão a ser tratadas  | As organizações utilizarão as habilidades e conhecimentos adquiridos no seu trabalho                                      |
| <b>Produto 9.2: Capacidade desenvolvida de gestão sustentável dos recursos naturais e ambiente para garantir o acesso equitativo à terra e aos serviços do ecossistema</b>             |                  |  |        |        |        |        |   |   |
| <b>9.2.1</b> Aumento da área reflorestada da comunidade (Ha)   | 20,738 Ha (2014) | Relatórios do MASA, MITADER  | 32,000 | 36,500 | 41,500 | 48,000 | Falta de recursos e incentivos para as comunidades locais   | Mais comunidades envolvidas na conservação da floresta e no plantio de árvores  |
| <b>9.2.2</b> Número de Comitês de GRN com planos de gestão   | 218 (2014)       | PES, BdPES   | 299    | 306    | 313    | 320    | Falta de recursos   | O governo reconheceu a importância de ter comités de GRN para gerir conjuntamente o uso sustentável dos recursos naturais |
| <b>9.2.3</b> % dos DUAT atribuídos a mulheres  | 25% (2008)       | PES, BdPES   | 30%    | 40%    | 45%    | 50%    | Processo de reassentamento e outros conflitos de terras prejudicam actualmente os direitos das mulheres | O Programa TERRA SEGURA garante planos de atribuição sensíveis ao género  |
| <b>Produto 9.3: Maior advocacia, educação pública e sensibilização em relação à gestão sustentável dos recursos naturais e protecção do ambiente de uma maneira sensível ao género</b> |                  |  |        |        |        |        |   |   |
| <b>9.3.1</b> Número de organizações que tratam de questões de género nos seus programas relacionados com a GRN   | 1                | Relatórios de ministérios relevantes (vide narrativa, ONG e                  | 4      | 8      | 12     | 16     | A importância de incluir uma componente de género não é reconhecida                                     | As organizações utilizarão os conhecimentos adquiridos e as habilidades no seu trabalho                                   |



|   |   |  |   |   |   |   |   |   |
|---|---|--|---|---|---|---|---|---|
|   |   | Agências da ONU)                               |   |   |   |   |   |   |
| 9.3.2 Número de unidades ambientais dos ministérios que produzem relatórios sobre SMENR & AC          | 2 | Relatório Anual do PEI e Relatórios do MITADER | 3 | 4 | 5 | 6 | A reestruturação governamental afectou profundamente a funcionalidade das actuais unidades ambientais e é necessário um processo de revitalização forte para tê-la novamente funcional  | As publicações / pesquisas baseadas em evidências são relevantes para os decisores políticos e profissionais do sector e os dados / informações / recomendações são aplicados pelas unidades ambientais |
| 9.3.3. Número de sectores produtivos não ligados à rede que utilizam Tecnologias de Energia Renovável | 2 | Relatórios do MIREME/ UNIDO                    | 3 | 4 | 5 | 6 | As tecnologias promovidas podem não ser suficientemente maduras para a auto-geração de electricidade e calor nas zonas rurais e o investimento necessário nos sistemas para que seja sustentável é grande e os proprietários não têm condições financeiras para tal, especialmente os que têm pequenas empresas produtivas nas zonas rurais | As contrapartes pertinentes do GdM e as pequenas empresas de agro-processamento ou industriais estão empenhadas na integração das tecnologias de ER   |

| <b>Produto 9.4: Mecanismos financeiros para uma economia verde-azul são reforçados de uma forma transparente e equitativa</b> |              |  |     |      |      |     |  |  |
|---|--------------|--|-----|------|------|-----|--|--|
| <b>9.4.1</b> % do orçamento do Estado gasto no uso sustentável dos recursos ambientais, naturais e alterações climáticas      | 0.45% (2012) | MEF/PEER                                     | 0.6 | 0.63 | 0.65 | 0.7 | Redução das receitas nacionais origina a realocação do orçamento para outras prioridades                 | Compromisso contínuo do MEF na expansão dos códigos orçamentais para AC e RNA  |
| <b>9.4.2</b> Número de comunidades que beneficiam de receitas relacionadas com a GRN  | 42 (2014)    | Relatório Anual do MITADER; Relatório da FAO |     | 52   |      | 68  | As actividades ilegais reduzirão a receita a ser partilhada com as comunidades                           | O Governo de Moçambique está disposto a rever o decreto ministerial existente para condicionar a partilha de receitas das florestas (e o turismo) com as comunidades locais ao seu desempenho em matéria ambiental |
| <b>9.4.3</b> % do total de receitas da GRN partilhadas com as comunidades locais  | 25%          | Relatórios Anuais do MITADER                 | 27% | 30%  | 40%  | 50% | A má gestão das receitas (mecanismos de colecta e partilha) impede um benefício real para as comunidades | As actividades ilegais são reduzidas de modo a que esteja disponível uma maior receita fiscal para partilha com as comunidades locais  |

| <b>RESULTADO 10: As comunidades são mais resistentes ao impacto das alterações climáticas e desastres</b> |                            |                                  |             |             |             |             |   |   |
|---|----------------------------|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---|---|
| <b>Contribuindo para :</b>  |                            |                                  |             |             |             |             |   |   |
| <b>PQG: Prioridade 2 &amp; 5</b>  |                            |                                  |             |             |             |             |   |   |
| <b>ODSs: 1, 11, 13, 14, &amp; 15</b>  |                            |                                  |             |             |             |             |   |   |
| <b>Indicadores dos resultados</b>   | <b>Valor Inicial (ano)</b> | <b>Fonte de Dados</b>            | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>Riscos</b>   | <b>Pressupostos</b>   |
| <b>10.1:</b> Pontuação de Moçambique no Index do risco climático global                                   | 21.67 (2015)               | ÍNDICE DO RISCO CLIMÁTICO GLOBAL | 21.5        | 21.3        | 21.1        | 20.9        | A magnitude dos desastres que atingiram o país pode afectar significativamente o índice | As intervenções do UNDAF estão em linha com os critérios referentes a este índice |

|   |                              |  |               |               |               |               |   |  |
|---|------------------------------|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---|--|
| <b>10.2:</b> % de pessoas afectadas por desastres com insegurança alimentar aguda   | 1,041,000 (SETSAN 2015)      | Relatório de avaliação da SAN do SETSAN                              | Redução de 2% | Redução de 2% | Redução de 2% | Redução de 2% | Recursos limitados  | Avaliação quantitativa da SAN realizada  |
| <b>Produto 10.1: Os mecanismos de gestão da informação para as mudanças climáticas e redução do risco de desastres são reforçados e coordenados</b> |                              |  |               |               |               |               |   |  |
| <b>10.1.1</b> Quadro nacional de avaliação multisectorial funcional   | Não funcional (2015)         | Relatório Anual de Emergência do CENOE; Relatório Anual HCT WG; PDNA | Baixo         | Baixo         | Médio         | Alto          | Falta de colaboração dos sectores relevantes, incluindo a HCT, nos processos de recuperação<br><br>Capacidade de planificação, gestão, monitoria e avaliação das autoridades locais fortalecida de forma insuficiente | Os intervenientes relevantes estarão prontos para cooperar em processos de partilha de informação e de recuperação.<br><br>Métodos de colecta de dados utilizados cada vez mais permitem a desagregação adequada por idade, sexo, região, etnia, situação, etc.            |
| <b>10.1.2:</b> # de distritos vulneráveis a desastres que foram mapeados em termos de risco   | Aguarda confirmação do CENOE | CENOE/INGC   | 22            | 34            | 46            | 53            | Os membros da comunidade não estão dispostos a serem designados membros dos comités de gestão de risco<br><br>Dados desagregados e análise de género não disponíveis em todos os distritos                            | Os membros da comunidade aceitam ser membros dos comités de gestão de risco e estão empenhados na realização das suas funções<br><br>Os funcionários do governo envolvidos compreendem o que significa adoptar uma abordagem sensível ao género e sabem como implementá-la |
| <b>10.1.3</b> % de bacias hidrográficas em províncias seleccionadas com sistemas de aviso prévio de cheias funcionais (FEW)                         | 3                            | Relatório Anual do INGC: SAP para as comunidades vulneráveis         | 5             | 7             | 9             | 11            | Funcionalidade do sistema de aviso prévio (SAP) interrompido pela magnitude das cheias  | Disponibilidade de fundos para garantir a funcionalidade dos SAP de cheias   |

| Produto 10.2: Capacidade das comunidades, do governo e da sociedade civil de lidar com a resiliência das populações afetadas |            |   |     |     |     |     |   |   |
|--|------------|---|-----|-----|-----|-----|---|---|
| 10.2.1 % de pessoas que necessitam de assistência humanitária comparativamente às pessoas afetadas até 30 dias               | 61% (2015) | Informe do HCT, Cenoe e CTGC                                  | 59% | 57% | 55% | 53% | Não há acesso às áreas afetadas a serem assistidas; recursos insuficientes para cobrir as pessoas a serem assistidas  | Pedido do governo de assistência humanitária; artigos alimentares e não alimentares disponíveis; fundos disponíveis para a obtenção de recursos   |
| 10.2.3 % de distritos nas áreas de risco de desastres com planos de prontidão sensíveis ao género                            | 0          | Planos de prontidão a nível distrital; acesso através do INGC | 6   | 12  | 18  | 24  | Capacidade insuficiente ao nível distrital para realizar análises de género<br><br>lack of committed from at risk districts authorities in developing a preparedness plan.<br><br>Insufficient Civil Society funding directed towards DRR | Os comités de gestão de risco locais participarão na formação sobre a planificação sensível ao género<br><br>As autoridades dos distritos em risco estão empenhadas em desenvolver um plano de prontidão sensível ao género<br><br>O UNFPA já treinou uma rede da Associação da Juventude em kit de ferramentas de SSRA no contexto humanitário |
| 10.2.4 Número de comités de gestão de risco locais funcionais  | 507        | Base de dados INGC CLGR                                       | 532 | 557 | 582 | 607 | Os CLGR não estão empenhados nas suas funções.<br><br>CLGR não são sustentáveis ao longo do tempo e o Governo pode não ter a capacidade de assegurar que estes estejam funcionais anualmente  | O Governo vai desenvolver uma estratégia para assegurar a sustentabilidade destes CLGR<br><br>As mulheres estão incluídas nos comités locais de gestão do risco (CLGR)  |

|   |                  |  |            |            |            |            |  |   |
|---|------------------|--|------------|------------|------------|------------|--|---|
| <p><b>10.2.5</b> % de novas salas de aula construídas que correspondem às directrizes sensíveis aos desastres</p>   | <p>3% (2014)</p> | <p>Relatórios Provinciais DIPLAC-MINED, UN-Habitat/UNICEF, Escolas Mais Seguras do Banco Mundial</p> | <p>10%</p> | <p>20%</p> | <p>30%</p> | <p>40%</p> | <p>Perigos associados (cheias e ciclones) obstruem a construção de salas de aula</p> <p>As Direcções Provinciais da DIPLAC-MINED não implementam as directrizes de construção sensível à RRD</p> | <p>O Banco Mundial vai confirmar o apoio financeiro à DIPLAC-MINED para a construção de infra-estruturas escolares</p> <p>As Direcções Provinciais da DIPLAC-MINED recebem apoio técnico adequado</p>   |
| <p><b>Produto 10.3: Governo tem em vigor políticas e quadros legislativos baseados em evidências para abordar eficazmente as mudanças climáticas e o risco de desastres</b></p> |                  |  |            |            |            |            |  |   |
| <p><b>10.3.1</b> # de PES sectoriais que incorporam medidas de resiliência com base no quadro de integração vigente do Governo</p>  | <p>0</p>         | <p>Relatórios de Avaliação do PES relatorios anuais do MITADER e INGC</p>                            | <p>6</p>   | <p>8</p>   | <p>10</p>  | <p>12</p>  | <p>Falta de consciencialização do pessoal do governo</p> <p>Os sectores relevantes não implementam as recomendações da lei e, portanto, não há atribuição de fundos para a RRD</p>               | <p>Vontade política sustentada e medidas com vista a melhorar o acesso e utilização dos serviços sociais essenciais de qualidade, especialmente para os grupos vulneráveis.</p> <p>Orçamento sectorial deve incluir intervenções de RRD, tal como estipulado na lei</p> |
| <p><b>10.3.2</b> # de planos acima mencionados que incluem medidas específicas ao género</p>  | <p>0</p>         | <p>Planos de resiliência sectoriais nacionais e fundamentais; acesso através do IASC</p>             | <p>2</p>   | <p>4</p>   | <p>8</p>   | <p>12</p>  | <p>Indisponibilidade de dados suficientes para fazer previsões fiáveis</p>   | <p>Quadro de avaliação multisectorial nacional funcional</p>  |
| <p><b>10.3.3</b> # de planos provinciais seleccionados (PESOP) que integraram a resiliência com base no quadro desenvolvido pelo INGC</p>                                       | <p>0</p>         | <p>PESOPS</p>  | <p>6</p>   | <p>8</p>   | <p>10</p>  | <p>12</p>  | <p>Se os fundos não estiverem disponíveis, será difícil implementar o plano de capacitação.</p>  | <p>Existência de um Plano de Formação conjunto</p> <p>Autoridade Provincial aloca recursos para a RRD e CCA</p>   |

|  |  |  |  |  |  |  |   |  |
|--|--|--|--|--|--|--|---|--|
|  |  |  |  |  |  |  | Incapacidade da entidade provincial de alocar recursos para a RRD e CCA |  |
|--|--|--|--|--|--|--|---|--|

## **ANEXO 2**

### **ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS**

## ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

|         |   |
|---------|---|
| AB      | Antibióticos  |
| ACNUR   | Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados  |
| AMN     | Desnutrição Aguda   |
| ANEP    | National Authority for Professional Education/Autoridade Nacional para a Educação Profissional  |
| APE     | Agentes Polivalentes Elementares  |
| AR      | Assembleia da República   |
| TARV    | Tratamento Anti-Retroviral  |
| AWP     | Annual Work Plan/Plano Anual de Actividades   |
| A/Y     | Adolescentes & Jovens   |
| BER     | Budget Execution Report/Relatório da Execução Orçamental  |
| BdPES   | Annual Report on PES/Relatório do Balanço do PES  |
| BL      | Baseline/Linha de Base  |
| BM      | Banco Mundial   |
| CCA     | Common Country Assessment/Avaliação Comum do País   |
| CAADP   | Comprehensive África Agricultura Development Programme/Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura de África                          |
| CCA     | Climate Change Adaptation/Adaptação às Mudanças Climáticas  |
| CCL     | Conselho Consultivo Local   |
| CEDAW   | Convention on the Elimination of all forms of Violence Against Women/ Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Violência Contra as Mulheres |
| CEDSIF  | Centre for the Development of the Financial Information System/Centro para o Desenvolvimento de Sistema de Informação Financeira                      |
| CENOE   | Centro Nacional Operativo de Emergência   |
| C/G/HR  | Integrated Approach to Culture, Gender and Human Rights/Abordagem Integrada sobre a Cultura, Género e Direitos Humanos                                |
| CMAM    | Central Medical Repository / Central de Medicamentos e Artigos Médicos  |
| CNCS    | Conselho Nacional de Combate ao SIDA  |
| CNJ     | Conselho Nacional da Juventude  |
| CRC     | Convention on the Rights of the Child/Convenção sobre os Direitos da Criança  |
| CPD     | Country Programme Document/Documento do Programa do País  |
| CPI     | Centro de Promoção de Investimentos   |
| DaO     | Delivering as One – Designação do Programa da Reforma Acelerada da ONU  |
| DQA     | Data Quality Audit/Auditoria de Qualidade de Dados  |
| DBS     | Direct Budget Support/Apoio Directo ao Orçamento  |
| DGGQ    | Directorate for Quality Management/Direcção de Gestão de Qualidade  |
| DHS     | Demographic Health Survey/Inquérito Demográfico de Saúde  |
| DINAE   | National Directorate for Adult Literacy Education/Direcção Nacional para Alfabetização e Educação de Adultos  |
| DIPEDH  | Provincial Directorate for Education and Human Development/Direcção Provincial para a Educação e Desenvolvimento Humano                               |
| DIPLAC  | Direcção de Planificação e Desenvolvimento  |
| DNDR    | Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural  |
| DNI     | Direcção Nacional da Indústria  |
| DRG     | Development Results Groups/Grupos sobre Resultados de Desenvolvimento   |
| DRR     | Disaster Risk Reduction/Redução do Risco de Desastres   |
| DUAT    | Certificate of Land Use Rights/Direito de Uso e Aproveitamento de Terra   |
| CE      | Comissão Europeia   |
| eCRVS   | electronic Civil Registration & Vital Statistics/Registo Civil electrónico e Estatísticas Vitais  |
| EdStat  | Education Management Information System/Sistema de Informação de Gestão da Educação   |
| EMB     | Electoral Management Bodies/Órgãos de Gestão Eleitoral  |
| ENDE    | Estratégia Nacional de Desenvolvimento  |
| ENSSB   | National Strategy for Basic Social Protection/Estratégia Nacional de Segurança Social Básica  |
| EP      | Escola Primária   |
| ESDEM   | Demographic and Socio-Economic Database/Base de Dados Demográficos e Socioeconómicos  |
| ESSP    | Plano Estratégico do Sector da Educação   |
| EWS     | Early Warning System(s)/Sistema(s) de Aviso Prévio  |
| FAO     | Food and Agriculture Organization/Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação  |
| FDI/IDE | Foreign Direct Investment/Investimento Directo Estrangeiro  |
| FCTC    | Framework for the Convention on Tobacco Control/Quadro da Convenção sobre Controle do Tabaco  |
| FEW     | Flood Early Warning (System)/(Sistema de) Aviso Prévio de Cheias  |
| FFS     | Farmer Field School/Escola na Machamba do Camponês  |



|              |   |
|--------------|---|
| FP           | Planeamento Familiar  |
| FSN          | Food Security and Nutrition/Segurança Alimentar e Nutricional   |
| GdM          | Governo de Moçambique   |
| GDP          | Gross Domestic Product/Produto Nacional Bruto   |
| HACT         | Harmonized Approach to Cash Transfer/Abordagem Harmonizada para Transferência de Fundos   |
| HCT          | Humanitarian Country Team/Equipa de Gestão Humanitária do País  |
| HDI          | Human Development Index/Índice do Desenvolvimento Humano  |
| HDR          | Human Development Report/Relatório do Desenvolvimento Humano  |
| HF           | Health Facilities/Instalações Hospitalares  |
| HH           | Household Survey/Inquérito aos Agregados Familiares   |
| HIV and AIDS | Human Immunodeficiency Virus/Vírus de Imunodeficiência Humana/Acquired Immunodeficiency Syndrome/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida |
| HPV/PVH      | Human Papiloma Virus/Vírus Papiloma Humano  |
| HMIS         | Health Management Information System/Sistemas de Informação de Gestão de Saúde  |
| HR/RH        | Human Resources/Recursos Humanos  |
| HRBA         | Human Rights Based Approach/Abordagem Baseada nos Direitos Humanos  |
| IADG         | International Agreed Development Goals/Objectivos de Desenvolvimento Acordados Internacionalmente                                       |
| IAEA         | International Agency for Atomic Energy/Agência Internacional para a Energia Atómica   |
| IFAD         | International Fund for Agriculture Development/Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura                                |
| FMI          | Fundo Monetário Internacional   |
| FNUAP        | Fundo das Nações Unidas para a População  |
| IIP          | Instituto de Investigação Pesqueira   |
| INAE         | Natural Institute for Agricultural Extension/Instituto Nacional de Extensão Agrícola  |
| INDE         | Instituto Nacional para o Desenvolvimento Educacional   |
| INAR         | Instituto Nacional de Apoio aos Refugiados  |
| INAS         | Instituto Nacional de Acção Social  |
| INATUR       | Instituto Nacional de Turismo   |
| INE          | Instituto Nacional de Estatística   |
| INGC         | Instituto Nacional de Gestão de Calamidades   |
| INEFP        | Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional   |
| INNOQ        | Instituto Nacional de Normalização e Qualidade  |
| INSIDA       | Informação sobre HIV e SIDA em Moçambique   |
| IOF          | Inquérito Nacional sobre Orçamento Familiar   |
| IPAJ         | Instito de Patrocinio e Assistência Jurídica  |
| IPEME        | Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas  |
| IPEX         | Instituto para a Promoção de Exportações  |
| IPT          | Tratamento Preventivo Intermitente  |
| IT/TI        | Information Technology/Tecnologia de Informação   |
| ITC          | International Trade Centre/Centro do Comércio Internacional   |
| LRMC/CLGR    | Local Risk Management Committees/Comités Locais de Gestão de Risco  |
| MAEFP        | Ministério da Administração Estatal e Função Pública  |
| MARP         | Mecanismo Africano de Revisão de Pares  |
| MASA         | Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar   |
| MCTESP       | Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior e Profissional  |
| MDGR         | Millennium Development Goals Report/Relatório dos ODMs  |
| MINEC        | Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação   |
| MISAU        | Ministério da Saúde   |
| MEF          | Ministério da Economia e Finanças   |
| MMR          | Maternal Mortality Ratio/Rácio de Mortalidade Materna   |
| MP           | Member of Parliament/Membro da Assembleia da República  |
| MSME         | Micro Small and Medium Enterprises/Micro, Pequenas e Médias Empresas  |
| MTR          | Revisão de Medio Prazo  |
| N/A          | Não Aplicável/Não Disponível  |
| M&A          | Monitoria e Avaliação   |
| M&ARG        | Grupo de Referência de Monitoria e Avaliação  |
| NRA          | Non Resident Agencies/Agências Não Residentes   |
| NCD          | Doenças Crónicas Não Transmissíveis   |
| OCHA         | Office for the Coordination of Humanitarian Affairs/Escritório para a Coordenação dos Assuntos Humanitários                             |
| OD           | Observatórios de Desenvolvimento  |
| OE           | Orçamento do Estado   |
| ODAs         | Objectivos de Desenvolvimento Acordados Internacionalmente  |
| ODMs         | Objectivos de Desenvolvimento do Milénio  |
| OHCHR        | Office for the UN High Commissioner for Human Rights/Escritório do Alto Comissário das Nações   |

|           |  |
|-----------|--|
|           | Unidas para os Direitos Humanos  |
| OIM       | Organização Internacional para a Migração  |
| OIT       | Organização Internacional do Trabalho  |
| OMS       | Organização Mundial da Saúde   |
| OSC       | Organizações da Sociedade Civil  |
| PDNA      | Avaliação de Necessidades Pós-Desastres  |
| PEP       | Plano Estratégico Provincial   |
| PESOD     | Plano Económico e Social e Orçamento Distrital   |
| PESOP     | Plano Económico e Social e Orçamento Provincial  |
| POEMA     | Planificação, Orçamentação, Execução, Monitoria e Avaliação                                |
| PARP      | Plano de Acção de Redução da Pobreza   |
| PARPA     | Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta  |
| PEDD      | Plano de Desenvolvimento Distrital   |
| PEN       | Plano Estratégico Nacional Multisectorial para o Combate ao HIV e à SIDA                   |
| PES       | Plano Económico e Social   |
| PESE      | Plano Estratégico do Sector da Educação  |
| PESS      | Plano Estratégico do Sector da Saúde   |
| PIB       | Produto Interno Bruto  |
| PIREP     | Programa Integrado para a Reforma da Educação  |
| PLWHA     | People Living with HIV or AIDS/Pessoas Vivendo com o HIV ou a SIDA                         |
| PMA       | Programa Mundial de Alimentação  |
| PMTCT     | Prevention of Mother-to-Child Transmission/Prevenção de Transmissão da Mãe para Filho      |
| PNB       | Produto Nacional Bruto   |
| PNUD      | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  |
| PQG       | Programa Quinquenal do Governo   |
| PROAGRI   | Programa Nacional de Desenvolvimento Agrícola  |
| RH        | Reproductive Health/Saúde Reprodutiva  |
| SADC      | Southern African Development Community/Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral |
| SDGs/ODSs | Sustainable Development Goals/Objectivos de Desenvolvimento Sustentável                    |
| SETSAN    | Secretariado Técnico para a Segurança Alimentar e Nutricional                              |
| SMoDD     | Sistema de Monitoria do Desempenho Distrital   |